



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Parque Natural da Serra da Estrela: as dimensões física e metafísica da Nave de Santo António

Francisco Azeredo de Almeida Magalhães

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadora:

Dr.^a Stefania Stellacci, Investigadora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Rosália Palma Guerreiro, Professora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Parque Natural da Serra da Estrela: as dimensões física e metafísica da Nave de Santo António

Francisco Azeredo de Almeida Magalhães

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadora:

Dr.^a Stefania Stellacci, Investigadora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Rosália Palma Guerreiro, Professora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Índice

Agradecimentos	5
Resumo	6
Abstract.....	7
Índice de figuras	8
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	9
1 Introdução.....	10
1.1 Pergunta de investigação	11
1.2 Objetivos.....	11
1.3 Metodologia e fases de trabalho	11
1.4 Organização do trabalho.....	12
2 Análise da Serra da Estrela	16
2.1 Identidade territorial.....	16
2.2 Estatuto legal e limites territoriais.....	17
2.3 Breve análise dos principais aspetos socioculturais.....	19
3 Análise Preliminar de capelas de Gouveia, Seia e Manteigas no Âmbito do PNSE	21
3.1 Introdução.....	21
3.2 Princípios de inventariação das capelas: preliminar abordagem.....	21
4 Caso de estudo da Capela de Santo António da Argenteira	24
5 Análise da Nave de Santo António	29
5.1 O Lugar	29
5.1.1 Preservação da geodiversidade.....	29
5.1.2 Preservação da biodiversidade e saberes locais.....	32
5.1.3 Proteção do Lugar	34
5.2 Breve contextualização histórica	34
5.3 Usos e vivências.....	37
5.3.1 Percursos e usos.....	37
5.3.2 Intenções, usos e potencialidades em torno dos vestígios do edifício do teleférico.....	39
6 Proposta de projeto.....	41
6.1 Introdução.....	41
6.2 Princípios orientadores de projeto	41
6.3 Condicionantes da proposta projetual.....	43

6.4	Fundamentação teórica: paisagem natural e pontos de observação.....	44
6.4.1	Distâncias na paisagem.....	45
6.4.2	Ângulo de incidência.....	47
6.4.3	Profundidade de invisibilidade.....	49
6.5	Breve descrição da proposta projetual.....	49
6.6	Observações conclusivas.....	52
	Referências.....	54
	Anexo A - Workshop.....	56

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos, pelo seu apoio incondicional e prontidão para ajudar nas tarefas que implicavam um trabalho de equipa.

A Isabel, pelo acompanhamento das demais fases de trabalho, e pela sua capacidade de ser boa amiga nos momentos difíceis desta temporada.

A Rosinha, pelo seu apoio e boa disposição.

A Manuel Godinho da Costa, pela sua curiosidade e busca de informação, que adensou a vontade de aprofundar o conhecimento do lugar e da sua história.

A Jacinto Diamantino, Vigilantes da Natureza e demais colaboradores dos serviços do ICNF em Seia, pela disponibilidade e apoio na pesquisa de informação, assim como no contar das estórias.

Aos colaboradores dos serviços municipais de Manteigas, pela disponibilização de livros e documentos essenciais ao presente trabalho.

A Emanuel de Castro e aos demais colaboradores dos serviços do GEOPARK Estrela pela disseminação de bons conhecimentos sobre a Serra da Estrela

A David Pinheiro, das Paróquias de Manteigas, pelas informações prestadas e pela abertura da capela de São Sebastião

A José Maria Saraiva, presidente da Associação dos Amigos da Serra da Estrela, pelos seus conhecimentos e interesse em preservar a Serra da Estrela.

Às professoras Stefania Stellacci e Rosália Guerreiro, pelo empenho e dedicação a este trabalho, mesmo quando o rumo parecia incerto.

RESUMO

A ocupação humana da Serra da Estrela remete-se para tempos longínquos, havendo vestígios arqueológicos relacionados maioritariamente com os movimentos transumantes, que refletem uma ancestral identidade deste lugar ligada à atividade pastoril.

Num contexto de incomensurável valor físico e metafísico, a Nave de Santo António destaca-se como foco de espiritualidade atemporal. Demonstração tangível da vocação intrínseca deste lugar, um abrigo de pastores localiza-se no centro deste planalto onde historicamente existia uma capela.

O presente trabalho inspira-se pelas histórias e estórias que transportaram até aos dias de hoje a memória desta capela, na busca de um conhecimento mais aprofundado deste lugar, nas suas diversas vertentes culturais. Inclui uma proposta de projeto preliminar que visa conjugar vestígios existentes de um teleférico devoluto com a capela da Nave de Santo António.

Propõe-se o reuso deste edifício abandonado que domina a paisagem com a sua imponente altura, massa e enquadramento visual, designadamente como ponto de refúgio e encontro dos pastores e seus rebanhos, agregação e divulgação dos saberes locais, centro de interpretação da paisagem. Imprime-se à atividade turística de percursos na natureza a vertente do saber, como meio de proteção e preservação dos valores culturais e naturais.

Palavras-chave: Capela, Ermida, Geossítios, Nave de São António, Lugares de culto, Serra da Estrela

ABSTRACT

The human occupation of Serra da Estrela is very ancient, as demonstrated by archaeological legacies mainly related to transhumance, which reflect the ancestral identity of this place rooted in the pastoral activity.

In a context of inestimable physical and metaphysical value, *Nave de Santo António* stands out as a centre of timeless spirituality. As a tangible demonstration of the intrinsic vocation of this place, a shepherd's shelter is located in the centre of this plateau, where there was previously a chapel.

The present study is inspired by the histories and stories that carried the memory of this chapel to the present day, in the search for a deeper knowledge of this place in its various cultural realms. It includes a preliminary project proposal that aims to integrate existing remains of an abandoned cable car with the chapel of Nave de Santo António.

We proposed to reuse this abandoned building that dominates the landscape due to its imposing height, mass and visual framework, namely as a meeting point of shepherds and their flocks, as a way to aggregate and disseminate local knowledge and as an interpretation centre of the landscape. The safeguarding of cultural and natural values is achieved by planning knowledge-based touristic activities of nature trails in this site.

Keywords: Chapel, Hermitage, Geosites, Nave de Santo António, Religious Practice, Serra da Estrela

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das principais bacias hidrográficas e rios na Serra da Estrela.	16
Figura 2 – Linha temporal dos limites das áreas abrangidas pelo disposto no.. quadro legislativo e regulamentar da Serra da Estrela.....	17
Figura 3 – Fotografia de rebanho transumante na Serra da Estrela (Álvaro de Azeredo, arquivo familiar, 1972).	20
Figura 4 – Fotografia da capela de Nossa Senhora da Estrela (08/2015).	22
Figura 5 - Fotografia da capela de Nossa Senhora de Assedasse (Manuel Ferreira, sem data).....	22
Figura 6 – Fotografia da capela do Santíssimo Sacramento (SIPA, sem data)..	23
Figura 7 – Mapa de distribuição sociogeográfica das capelas nos concelhos de Gouveia, Seia e Manteigas.	23
Figura 8 – Mapa de análise hipsométrica e de acessos à zona da antiga capela de Santo António da Argenteira.	24
Figura 9 – Fotografia da antiga Capela de Santo António da Argenteira e envolvente, tirada da estrada nacional (junho 2022)	25
Figura 10 – Fotografia da estátua de Santo António da Argenteira na capela de São Sebastião (novembro 2022).....	27
Figura 11 – Fotografia panorâmica da Nave de Santo António (06/2022)	29
Figura 12 – Fotografia do Poio do Judeu, enquadrado com o Cântaro Magro, na moreia norte, limite da Nave de Santo António (junho 2022)	30
Figura 13 – Fotografia do Vale do Zêzere. Perspetiva do Poio do Judeu (junho 2022)	31
Figura 14 – Fotografia dos Cântaros Raso, Magro e Gordo, respetivamente (julho 2022)	32
Figura 15 – Fotografia de cervunal (junho 2022)	33
Figura 16 – Desenho de planta e alçado do fontanário construído na Nave de Santo António (1951) (Fonte: Arquivo Municipal de Manteigas)	35
Figura 17 – Alçado e corte do projeto da Casa Abrigo na Nave de Santo António (1953) (Fonte: Arquivo Municipal de Manteigas)	36
Figura 18 – Cópia de excerto de mapa com representação das cabanas construídas na Nave de Santo António. (Fonte – ICNF).....	36
Figura 19 – Fotografia de postal (sem data).	37
Figura 20 – Fotografia das pequenas estufas espalhadas pela Nave de Santo António (junho 2022).....	38
Figura 21 – Mapa dos diversos percursos existentes na Nave de Santo António.	39
Figura 22 – Modelo tridimensional com o percurso do teleférico.	39
Figura 23 – Desenhos do estudo prévio de “Recuperação da Base do Teleférico – Piornos” (autoria: arquiteto Miguel Krippahl), 1999.	40

Figura 24 – Fotografia de relação dos elementos da paisagem com o edifício do teleférico (julho 2022).....	46
Figura 25 - Corte da Nave de Santo António	48
Figura 26 – Fotografia captada a partir do edifício do teleférico para a casa abrigo (junho 2022).....	48
Figura 27 - Fotomontagem exemplificativa do espaço de interpretação.....	50
Figura 28 - Diagrama de exposição solar	50
Figura 29 - Fotomontagem exemplificativa do espaço de culto	51
Figura 30 - Estudo cromático	52
Figura 31 – Desenho do percurso proposto de ligação (março 2022).....	57
Figura 32 – Fotomontagem do Sistema de rampas e escadas (março 2022).....	58
Figura 33 – Percurso proposto “Entre-Conventos”: área de exposição e galeria (março 2022).....	58

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

PNSE – Parque Natural da Serra de Estrela

POPNSE – Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela

REN – Reserva Ecológica Nacional

1 INTRODUÇÃO

“Alta, imensa, enigmática, a sua presença física é logo uma obsessão. Mas junta-se à perturbante realidade uma certeza ainda mais viva: a de todas as verdades locais emanarem dela. (...) Tudo se cria nela, tudo mergulha as raízes no seu largo e materno seio. Ela comanda, bafeja, castiga e redime. Gelada e carrancuda, cresta o que nasce sem a sua bênção; quente e desanuviada, a vida à sua volta abrolha e floresce.” (Torga, 1993, p. 72)

A Serra da Estrela representa a cadeia montanhosa mais alta de Portugal continental, soerguida no período Miocénico, há cerca de 23 a 25 milhões de anos. Resultou numa montanha em planalto, que, moldada pelas múltiplas glaciações que deram origem a inúmeros locais de interesse geológico, ou geossítios, revelam a sua história geológica.

Esta complexidade da sua génese, aliada à variação altimétrica e às múltiplas influências climáticas (atlântica, continental e mediterrânica), confere-lhe uma heterogeneidade do habitat, apto ao suporte de uma imensa biodiversidade. Muitas espécies ameaçadas de extinção encontram aqui o último refúgio, algumas endémicas, exclusivas desta região.

Mas, como também refere Torga, ainda que com uma presença física que se impõe, não revela abertamente os seus mistérios: *“Somente a quem a passeia, a quem a namora duma paixão presente e esforçada, abre o coração e os tesouros. Então numa generosidade milionária, mostra tudo.”* (Torga, 1993, p. 67)

Há assim histórias ainda por contar, locais a descobrir e a valorizar. A Nave de Santo António, como lugar de culto religioso, de refúgio e encontro de pastores e de riquezas geológica, biológica e cultural ímpares, é um deles.

O presente estudo representa um processo eminentemente aberto. Baseou-se na procura de elementos que pudessem ser reinterpretados e reconfigurados, que despertou o interesse em recontar a história de um lugar. No entanto, tornou-se uma experiência de interpretação das múltiplas valências que ao longo dos tempos aí foram encontrando expressão.

A pesquisa recaiu mormente em acervos locais, registos e estudos sobre origens toponímicas e culturais, documentos e projetos municipais, documentação produzida por entidades oficiais com competências no âmbito da classificação e proteção da geo e da biodiversidade local, integrados com entrevistas a personalidades locais relacionadas com a Serra de Estrela. Procurou-se ainda recolher estudos que abordam a interpretação visual e da

estrutura espacial das paisagens, de modo a poder traduzir e oferecer, numa proposta projetual, a experiência da captura, compreensão e internalização das características intrínsecas, tangíveis e intangíveis, do lugar.

1.1 Pergunta de investigação

Este estudo visa explorar a forma como um território, pelas suas qualidades físicas e metafísicas, permanece um lugar de acolhimento e inclusão de diferentes apropriações e como pode ser qualificado através da valorização das memórias e dos elementos aí existentes.

1.2 Objetivos

O objetivo principal deste trabalho é contribuir para o melhor conhecimento da Nave de Santo António, lugar onde permanecem legados históricos que refletem valores, usos e intervenções aí operadas ao longo do tempo.

Numa perspetiva mais ampla, este estudo visa compreender a lógica subjacente à escolha de lugares de culto – pagãos e religiosos – e a sua apropriação para fins múltiplos e transformações do uso ao longo dos tempos.

Em consequência, procura conhecer-se, quanto ao espaço da Nave de Santo António, o modo como evoluiu, de lugar de culto e uso pastoril, para outras apropriações ao longo do tempo.

Em acréscimo, tem-se como objetivo desenvolver o projeto de um espaço que albergue e apoie as diversas funções que o local atualmente acolhe, perpetuando múltiplos usos relacionados com o próprio *genius loci*.

1.3 Metodologia e fases de trabalho

Constatadas as diferentes vocações e múltiplos usos que o caso de estudo em análise, a Nave de Santo António no Parque Natural da Serra da Estrela, albergou ao longo dos tempos, alargou-se o âmbito da investigação a uma mais aprofundada história do lugar e ao conhecimento das especificidades geomorfológicas, da sua biodiversidade e íntima relação com a ocupação humana.

Da necessidade sentida de preservação do lugar, indissociável dos seus usos e do seu conhecimento histórico e científico, aliada à urgente decisão a tomar quanto ao destino de um edifício em ruínas (o teleférico) que ali permanece, surgiu o interesse na formulação de uma proposta projetual que conciliasse, nessa estrutura, a índole intrínseca do lugar com a perpetuação dos usos e a transmissão do saber.

De modo a poder traduzir e oferecer, na proposta projetual, a experiência da captura, compreensão e internalização das características, tangíveis e

intangíveis, do lugar, procurou-se ainda a recolha de ensinamentos em estudos que abordam a interpretação visual e da estrutura espacial das paisagens.

A operacionalização da proposta projetual materializa-se nas seguintes formas:

- i) Foi efetuado *levantamento fotográfico e métrico do teleférico*, com base em medições no local, fotografias e análise de uma proposta de intervenção, maio de 1999, que não chegou a concretizar-se;
- ii) Analisou-se a *exposição solar* com o fim de perceber a interação da luz com a perceção das paisagens, a partir deste edifício, em diferentes horários e estações do ano;
- iii) Foi efetuado um *estudo de cor* e de selecionados elementos da paisagem natural para proporcionar a sua mimetização no envelope do teleférico, visando a integração do edifício na paisagem;
- iv) Associado ao levantamento, procurou-se visitar e percorrer os espaços interiores e exteriores, apreendendo as suas características de modo a tomar opções quanto à distribuição dos usos. A presença no edifício em vários momentos visou ainda analisar a aplicabilidade da pesquisa efetuada sobre interpretação visual e estrutura espacial das paisagens associada à exposição solar;

Paralelamente, foram mapeadas e representadas soluções arquitetónicas que, não pretendendo constituir um projeto detalhado, esquematizam prioridades e princípios relevantes para contextos de pesquisa futuros.

1.4 Organização do trabalho

Este trabalho encontra-se organizado em seis capítulos.

O primeiro capítulo apresenta uma breve introdução ao tema de estudo, justificando a seleção do mesmo, a identificação dos objetivos e da metodologia do trabalho.

No capítulo segundo analisa-se o território em estudo, a Serra da Estrela, descrevendo as suas principais características territoriais, naturais e padrões de ocupação humana. São identificados os sistemas de gestão e ordenamento deste território que têm vindo a ser implementados com vista à identificação e preservação dos recursos e valores naturais, bem como culturais e sociológicos.

No capítulo terceiro procede-se ao inventário preliminar das capelas dos concelhos de Gouveia, Seia e Manteigas, tendo por base um projeto promovido pela Diocese da Guarda em 2007, classificando-as de acordo com as características sociogeográficas do local de implantação.

No capítulo quarto efetua-se uma breve análise do lugar e das estórias relacionadas com a capela de Santo António da Argenteira, sendo que os únicos vestígios que permanecem são relatados em documentos arquivísticos locais.

No capítulo quinto aprofunda-se o conhecimento da Nave de Santo Antônio, nomeadamente a análise das características geográficas, a geo e biodiversidade, identificando breves apontamentos históricos sobre o tipo de ocupação deste espaço. São analisadas as estratégias de intervenção num edifício devoluto de modo a perpetuar e apoiar atividades compatíveis com as características principais do sítio.

O capítulo sexto inclui observações conclusivas, apresentando uma proposta preliminar de projeto arquitetónico para a requalificação do edifício do teleférico, situado nos limites da Nave de Santo Antônio.

ca·pe·la |él

Pequena igreja que abre apenas em determinados dias do ano.

"capela", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/capela> [consultado em 01-05-2022].

er·mi·da

Pequena igreja, em sítio ermo.

"ermida", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/ermida> [consultado em 01-05-2022]



2 ANÁLISE DA SERRA DA ESTRELA

2.1 Identidade territorial

“A beleza natural tem um apelo natural para a humanidade. Confúcio disse: *O homem sábio ama rios e lagos; o homem benevolente ama as montanhas.*”

(Higuchi, 1988, p. 2).

A Serra da Estrela integra-se numa cadeia montanhosa ibérica, a cordilheira central na região das Beiras. Com uma morfologia moldada por sucessivas glaciações e influenciada pelo clima continental, mediterrânico e atlântico, é suporte de uma grande diversidade de habitats e espécies, algumas endémicas desta região, outras raras ou em risco de extinção.

O relevante valor cultural e ambiental e os perigos relacionados com uso impróprio desta paisagem são as principais razões pelas quais estas áreas têm vindo a ser enquadradas em planos estratégicos de ordenamento e gestão territorial, cujos objetivos são a proteção do ambiente, dos valores naturais e culturais, da biodiversidade e dos ecossistemas.

A nível paisagístico, representa uma área com grande capacidade de recolha e retenção de águas pluviais, lugar onde nascem três importantes rios, o Mondego, o Alva e o Zêzere. Consequentemente, esta reserva hídrica é a fonte de abastecimento de uma grande parte da população portuguesa.

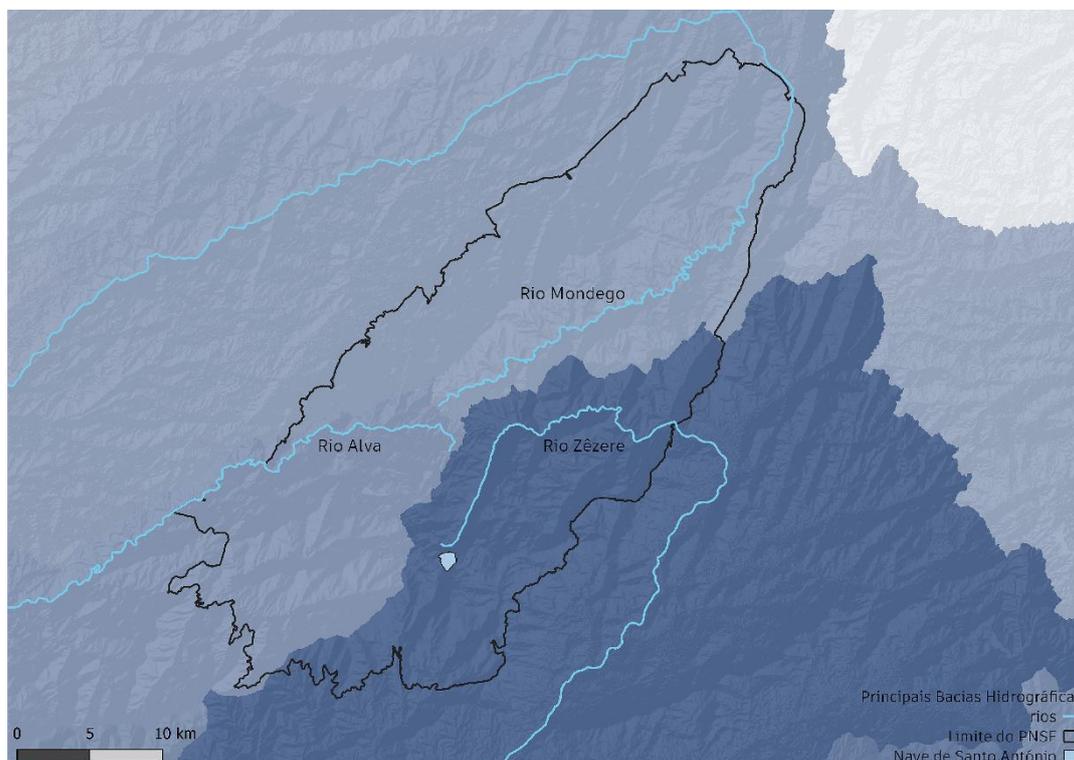


Figura 1 – Mapa das principais bacias hidrográficas e rios na Serra da Estrela

“Costumes locais, tradições religiosas e afins, refletem a influência do ambiente topográfico na existência cotidiana.” (Higuchi, 1988, p. 5). Por outro lado, este território é marcado pela presença humana desde tempos remotos, cujas atividades agrícolas e de pastoreio foram também determinantes para a modelação da paisagem natural.

2.2 Estatuto legal e limites territoriais

A Serra da Estrela tem vindo a ser total ou parcialmente integrada em áreas que lhe conferem diferentes níveis de classificação e de proteção legal ou de compromisso com acordos internacionais. A Figura 2 mostra esquematicamente como foram sendo definidos esses limites administrativos detalhados no texto em seguida.

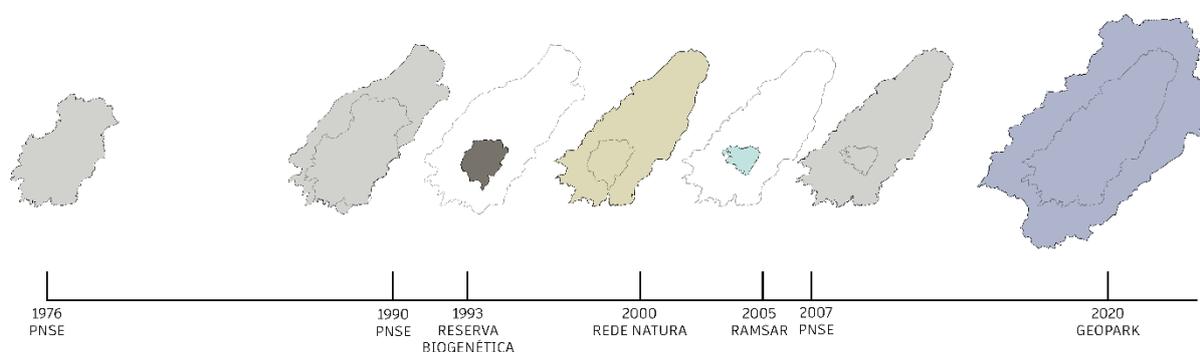


Figura 2 – Linha temporal dos limites das áreas abrangidas pelo disposto no.. quadro legislativo e regulamentar da Serra da Estrela

O Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho de 1976, com uma área de cerca de 52 mil hectares.

É referido no preâmbulo do diploma legal acima referido o interesse em, através de planificação, preservar a cultura, a economia e os respetivos valores locais, tangíveis e intangíveis, bem como fortalecer as práticas e os saberes locais, considerando o interesse da região para o recreio e para a cultura, e de proteção dos valores naturais, de ordem geográfica, paisagística e panorâmica, geológica, vegetal e animal. Com a criação do PNSE, as intervenções no território passaram a sujeitar-se a autorização de diversas entidades. (Presidência do Conselho de Ministros, 1976)

O Decreto-Lei n.º 187/79, de 4 de junho de 1979, veio alargar os limites do PNSE, para uma área de cerca de 101 060 hectares, para abranger novas paisagens com interesse, excluindo, no entanto, as áreas dos aglomerados populacionais das restrições estabelecidas. (Ministério da Habitação e Obras Públicas, 1979)

O Regulamento Geral do PNSE foi instituído pela Portaria n.º 409/79, de 8 de agosto, tendo por base o Plano Preliminar de Ordenamento do PNSE.

(Presidência do Conselho de Ministros & Ministério da Habitação e Obras Públicas, 1979)

O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE), aprovado pela Portaria n.º 583/90, de 25 de julho de 1990, definiu "*as formas de utilização preferencial do território*", diferenciando zonas e atividades relativamente às quais regula os objetivos e modos de intervenção. (Ministério das Finanças e do Ambiente e Recursos Naturais, 1990)

O PNSE foi reclassificado pelo Decreto-Lei n.º 50/97, de 20 de novembro, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro, que criou a Rede Nacional de Áreas Protegidas. (Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, 1997)

Com o Decreto-Regulamentar n.º 83/2007, de 10 de outubro de 2007, os limites do PNSE foram novamente alterados, retirando algumas "*zonas de transição*" com escasso valor natural e elevada humanização e introduzindo zonas de habitats importantes, resultando na área atual de 88 850 hectares. (Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, 2007)

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro de 2009, veio aprovar o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE) atualmente em vigor, estabelecendo "o regime de salvaguarda de recursos e valores naturais e o regime de gestão compatível com a utilização sustentável do território com vista a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, a manutenção e a valorização da paisagem, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento económico das populações locais." (Presidência do Conselho de Ministros, 2009). Este Plano de Ordenamento distingue a sensibilidade ecológica de três diferentes andares da serra da Estrela, sendo o andar basal até aos 800 m de altitude, o andar intermédio entre os 800 m e os 1600 m, correspondendo ao andar superior o território acima dos 1600 m de altitude. A estes andares é aplicado um progressivo incremento dos níveis de proteção.

Para além do PNSE, outros sistemas e classificações visam proteger diferentes recursos ou valores naturais na área da Serra da Estrela.

A *Reserva Ecológica Nacional (REN)*, instituída em 1983, é um sistema biofísico que integra o conjunto de recursos naturais que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são alvo de um regime de proteção especial, nomeadamente o *Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN)*. Com base nos seus objetivos de proteção, este regime estabelece um conjunto de condicionamentos, identificando-se usos e ações compatíveis com os objetivos desse regime nas diferentes tipologias e em conformidade com os requisitos legais. (CCDR-N, sem data)

Segundo os Planos Diretores Municipais dos seis municípios que integram o PNSE, extensas áreas deste Parque Natural integram a Reserva Ecológica Nacional.

O Conselho da Europa, em 1993, designou uma área de 10 610 hectares como Reserva Biogenética, em que se inclui o planalto superior e o vale glaciário do Zêzere.

Em 2000, a área da Serra da Estrela passou a integrar a *Rede Natura 2000*, uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves). Revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro – e da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.” (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2016). O Plano Setorial da Rede Natura 2000 lista as ocorrências, caracterizando os valores naturais, identificando as ameaças à sua manutenção, os objetivos de conservação a atingir e as orientações de gestão necessárias para assegurar a sua conservação a médio e longo prazo. (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, sem data)

O Sítio de Interesse Comunitário da Serra da Estrela, que foi classificado como *Zona Especial de Conservação* (PTCON0014) pelo Decreto-Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, apresenta um variado mosaico destes habitats que conjuga elementos representativos de diversas regiões biogeográficas, sendo emblemático para os valores naturais associados à altitude, muitos deles com caráter exclusivo. (CCDR-N, sem data)

Em 2005 parte da área do planalto superior foi incluída na lista de zonas húmidas de importância internacional da convenção na cidade iraniana de Ramsar, tratado internacional para a conservação e uso sustentável das zonas húmidas e seus recursos.

O reconhecimento como UNESCO Global Geopark de uma área de 2216 Km², que abrange 9 municípios, sucedeu em 2020, classificando 146 geossítios.

2.3 Breve análise dos principais aspetos socioculturais

As atividades ligadas à pastorícia marcam a humanização do território em análise, sem afetar negativamente os recursos e valores naturais. Contribuíram, contudo, para a evolução das suas características naturais, nomeadamente da fauna e da flora.

Sem pretender ser exaustivo, pode-se referir, por exemplo, a presença dos rebanhos transumantes (Figura 3), nos meses de Verão, nos patamares superiores da Serra da Estrela, foram contribuindo para a preservação dos prados de altitude, dos cervunais e toda a biodiversidade a eles associada.



Figura 3 – Fotografia de rebanho transumante na Serra da Estrela (Álvaro de Azeredo, arquivo familiar, 1972).

Tradicionalmente, como ainda hoje, a economia da região orbita em torno desta atividade pecuária, tendo grande presença as indústrias dos lanifícios, agora em franco crescimento com a reinvenção dos produtos em burel e dos cobertores de papa, e a produção de derivados do leite, nomeadamente do conhecido Queijo da Serra. Também a criação de cães, usados pelos pastores para guardar os seus rebanhos, tendo sido apurada a raça de cães Serra da Estrela, é uma atividade que se relaciona com a pastorícia.

A quase totalidade dos aglomerados populacionais situa-se, porém, abaixo dos 900 metros de altitude, sendo a ocupação dos níveis a cotas superiores sobretudo sazonal ou esporádica. De facto, com o declínio da ocupação agrícola e pecuária, as atividades ligadas à exploração turística dos lugares de maior altitude têm vindo a ganhar preponderância, havendo que ponderar, a cada passo, a relação custo-benefício quanto à preservação dos valores naturais e proveitos para a dinamização da economia local.

3 ANÁLISE PRELIMINAR DE CAPELAS DE GOUVEIA, SEIA E MANTEIGAS NO ÂMBITO DO PNSE

3.1 Introdução

A diocese da Guarda promoveu, em 2007, um projeto de elaboração de um *Roteiro das Capelas e Patrimônio Artístico e Natural com Simbologia Cristã da Serra da Estrela*. Segundo o Cônego Eugénio da Cunha Sérgio, a Diocese tencionava cativar os turistas para o património religioso da região serrana, para conhecer as capelas e ermidas que “*foram construídas pelos nossos antanhos em sítios extraordinariamente panorâmicos*”. (Agência Ecclesia, 2007)

Não tendo esse projeto sido levado avante, entendeu-se que a sua génese, a procura das razões de escolha de tão extraordinários lugares para aí aproximar a comunidade a que aí se presta culto, seria a base deste estudo.

Partindo do território de incidência desse projeto, procurou-se inventariar as capelas dos concelhos de Gouveia, Seia e Manteigas e organizá-las segundo a respetiva localização, distinguindo a implantação nas zonas de cruzamento, de relevo do terreno e nas áreas urbanas, com um objetivo inicial, que se decidiu não perseguir, de relacionar percursos pedonais com estas capelas.

3.2 Princípios de inventariação das capelas: preliminar abordagem

No âmbito de uma reflexão mais abrangente sobre a religião e mitos, o historiador José David Lucas Batista destaca que, “*o estabelecimento de uma comunidade numa certa área não significa apenas o desenvolvimento de relações de natureza física e biológica com o meio. Além destas, todo um complexo de valores espirituais se vai criando, de acordo com os desejos e necessidades dos habitantes da área em questão. Não se trata de um processo linear e unidireccional, mas antes dialéctico, com fluxos e refluxos, apagamentos e ressurgências, criações e transformações. Encontramo-nos muitas vezes em face de atitudes e comportamentos bastante antigos, pois remontam a tempos pré-históricos, tendo sido no decorrer dos séculos sujeitos a pressões de ordem social que os disfarçaram.*” (Batista, 1994, p. 183)

Tendo em conta a complexidade relacionada com o estabelecimento de uma comunidade num determinado contexto espaço-temporal, como acima referido, poderemos destacar três diferentes fatores geográficos conducentes à escolha primordial dos lugares de culto. Os mesmos, em muitos casos, antecedem longamente a construção de qualquer capela.

Pode-se assim distinguir entre capelas em relevos naturais do terreno, capelas em zonas de encontro de caminhos de ligação entre povoações e capelas próximas de núcleos urbanos.

As zonas de relevo natural do terreno, com as mais belas vistas e horizontes longínquos e panorâmicos são lugares propícios à oração, de contacto entre o ser humano e o ser divino, os eleitos para aí erguer capelas e ermidas, designando-se assim as últimas por se situarem em lugares ermos (Figura 4).



Figura 4 – Fotografia da capela de Nossa Senhora da Estrela (08/2015).

Os lugares de encontro de pessoas oriundas de diferentes povoações, de entroncamento ou cruzamento de caminhos, são também, ancestralmente, locais de trocas comerciais, de reunião, de festas, onde, muitas vezes, culmina a construção de uma capela (Figura 5).



Figura 5 - Fotografia da capela de Nossa Senhora de Assedasse (Manuel Ferreira, sem data)

Por último, a proximidade das povoações, sendo usual a construção de pequenas capelas dedicadas à veneração de um santo, por especial devoção de uma ou de um conjunto de pessoas (Figura 6).



Figura 6 – Fotografia da capela do Santíssimo Sacramento (SIPA, sem data)

Os fatores geográficos acima mencionados não são necessariamente unívocos, sendo possível que cada capela comporte mais do que um dos fatores. A Figura 7 mostra o mapeamento das capelas destes três concelhos, organizadas segundo as mencionadas categorias.

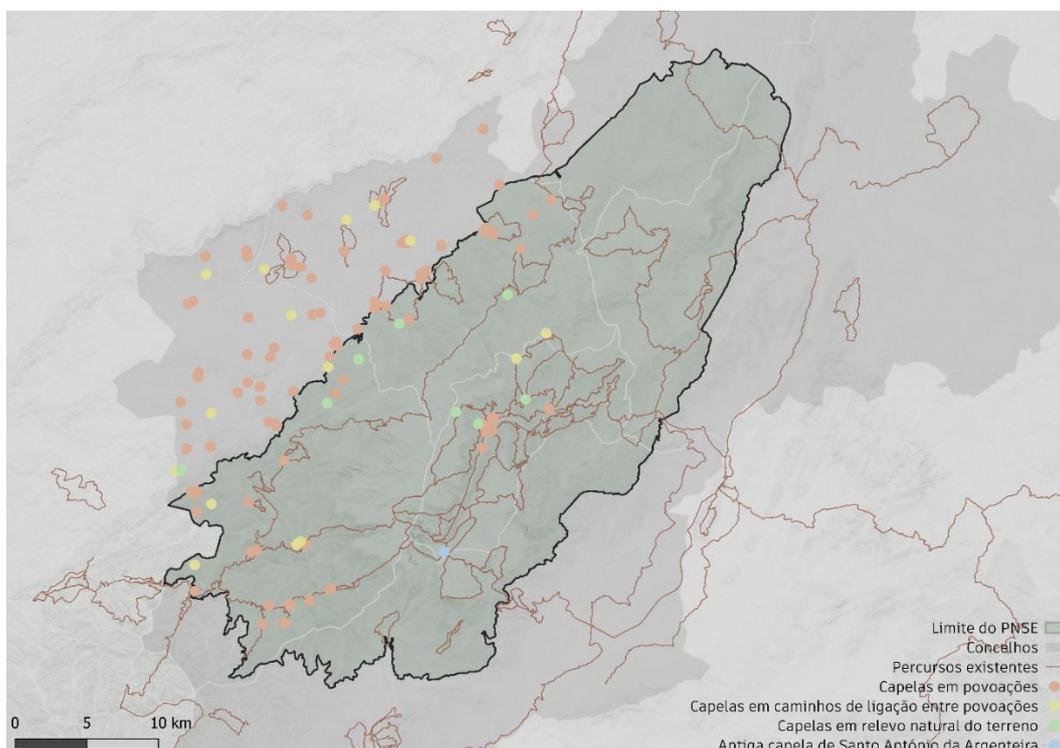


Figura 7 – Mapa de distribuição sociogeográfica das capelas nos concelhos de Gouveia, Seia e Manteigas.

4 CASO DE ESTUDO DA CAPELA DE SANTO ANTÓNIO DA ARGENTEIRA

A Nave de Santo António, conhecida também como lugar da Argenteira, é simultaneamente um lugar de encontro, de caminhos que o ligam a Manteigas, Unhais da Serra e Covilhã (Figura 8), e que se demarca na paisagem, não só por ser o ponto mais alto destes percursos, como também pela extraordinária grandiosidade do cenário natural que o envolve.

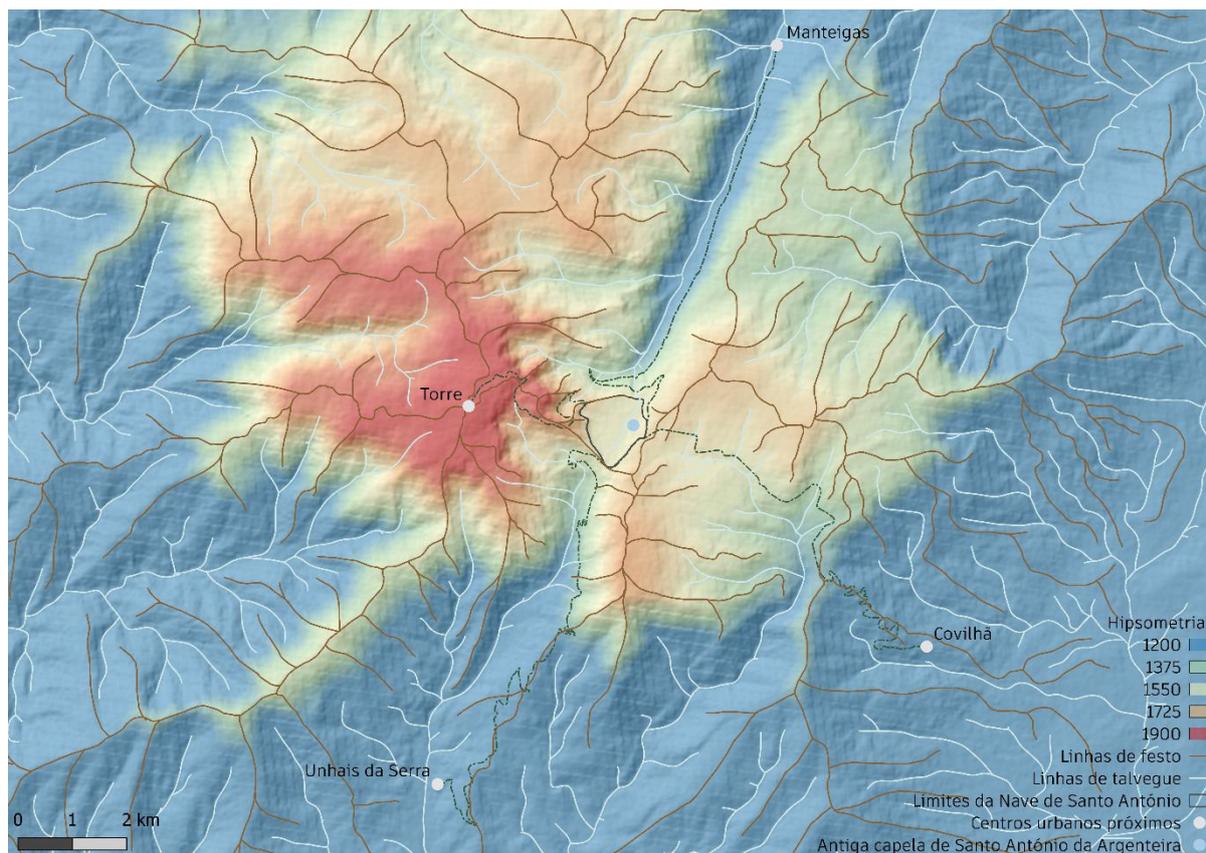


Figura 8 – Mapa de análise hipsométrica e de acessos à zona da antiga capela de Santo António da Argenteira.

O espaço da Nave de Santo António é elevado sobre longínquos horizontes, enquadrado por formações geológicas monumentais que orientam o espírito para o alto. Aqui manifesta-se a proximidade do homem com o firmamento, reconhecendo-se como parte de um imenso universo. É um espaço contido, acolhedor, recatado, aplanado e apaziguador, invoca o sentido de proximidade com a vida nas suas demais manifestações, apelando ao recolhimento e à oração.

Num só lugar, coloca-se o homem, na sua pequenez e finitude, em plena harmonia com a dimensão transcendental.

Sem hesitação, e de acordo com os fatores de seleção de locais de culto atrás assinalados, poder-se-ia indicar este como um sítio de natural encontro e devoção, onde não seria de estranhar a existência de uma ermida.

Consta, sendo-lhe ainda hoje feita alusão, quer por comunidades locais, quer por outros que por ali passam ao largo, que na Nave de Santo António, existe uma capela. No entanto, quem alguma vez ousou calcorrear o lugar, sabe que não existe nesse lugar qualquer capela ou ermida.

Poder-se-ia julgar que são as formas de um pequeno edifício que ali se encontra que induzem em erro o desprevenido transeunte, pois, de facto, passando na estrada nacional, vê-se ali uma capela: um volume simples, de planta retangular e telhado de duas águas encimado por um pináculo, cuja porta de entrada é superiormente coroada por um arco de volta perfeita (Figura 9). No entanto, em perspetiva mais próxima, nota-se que é, na verdade, um abrigo de pastores e que no cume do telhado está, afinal, uma chaminé.

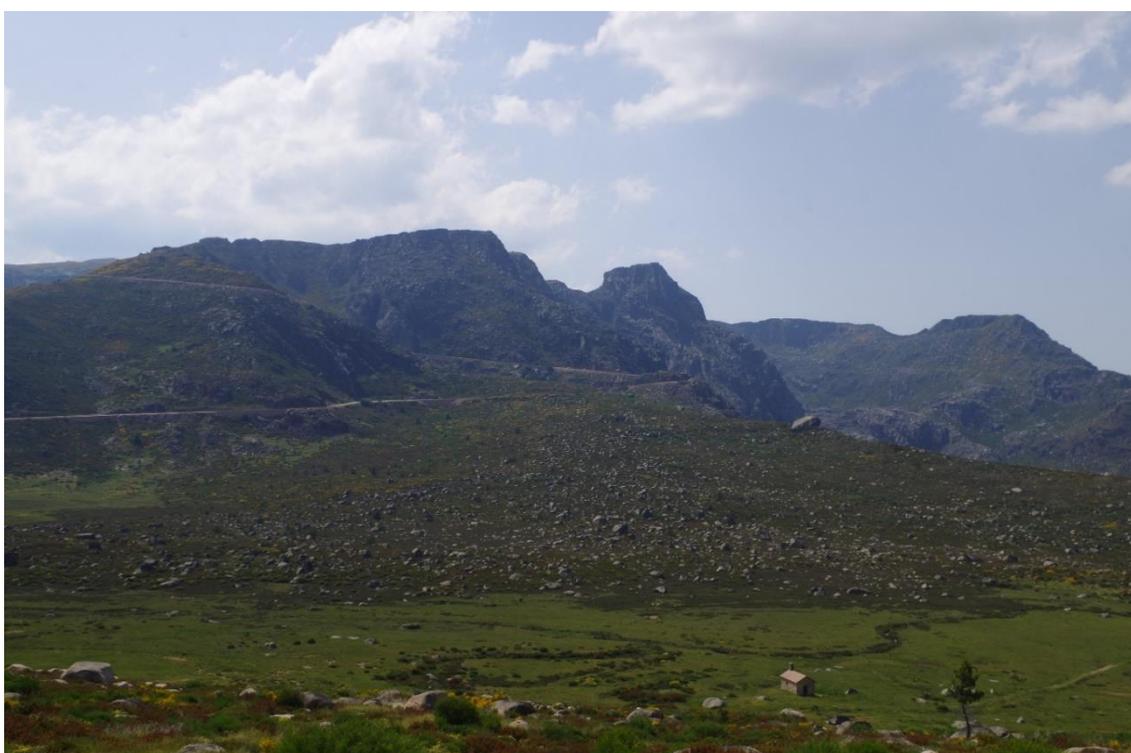


Figura 9 – Fotografia da antiga Capela de Santo António da Argenteira e envolvente, tirada da estrada nacional (junho 2022)

O valor metafísico intrínseco do lugar reflete-se nesta persistente ideia popular que perceciona este edifício como se tratando da capela, que é, porém, inexistente.

No imaginário coletivo ressalta a lenda associada à capela de Santo António da Argenteira, que relata a história do Santo António que por aquele lugar terá passado, a caminho da Covilhã, e se encontrou com um pastor, que ali tinha as suas ovelhas, que o convidou para ali descansar e comer. Este convite foi aceite por Santo António. Narra-se que quando a noite caía, começou-se a ouvir uivos ao longe, que se aproximavam aos poucos. Com o rebanho exposto, o pastor temeu pelas suas ovelhas e Santo António propôs que ali rezassem, para que mal não acontecesse. Santo António rezou a noite toda, apesar de o pastor sucumbir

ao sono. No dia seguinte, quando o pastor acordou, viu o seu rebanho são e salvo e Santo António, já longe, a desaparecer com o sol, a caminho da Covilhã.

Só quando mais tarde, de Pádua, chegou a fama dos milagres deste santo, se soube que isto tinha sido obra sua, pelo que lhe erigiram *“uma capelinha, modesta, no alto da Estrela, que o tempo vai tornando num montão de escombros”*. (Carvalho apud Duarte, 1985, p. 273)

Refere Batista, que o lugar da Argenteira era palco de uma festa religiosa *“e lá na serra se faz o ajuntamento pelo San Joham segundo o antigo costume”* (Foral de Manteigas, 1514, p.13), defendendo assim as origens pagãs destas festas, nomeadamente as comemorações do solstício de verão, com *“as práticas mágicas nele realizadas, muitas delas ligadas a ritos de fertilidade”*. (Batista, 1994, p. 184) De facto, a ocupação humana marcou o território desde tempos remotos e muitos são os locais, hoje de cariz religioso, onde antes se praticavam cultos pagãos, anteriores à cristianização.

Segundo este autor, a data da festa religiosa terá sido alterada para o dia de S. Tiago, por ser uma data neutra, para lhe retirar a conotação com tais ritos pagãos.

No sec. XVIII, o Padre Manuel Cabral de Pina, numa monografia que se perdeu no terramoto de 1755, mas de que existe cópia manuscrita posterior a essa data, detida por Luiz Fernando Carvalho Dias, segundo o que o mesmo refere em *Frei Heitor Pinto (Novas Acheegas para a sua Biografia) (1952)*, relata que *“No alto desta serra está uma ermida cujo orago é Santo António e se apelida Santo António da Argenteira. A ermida é de pedra tosca e a imagem do santo é em vulto, muito bem estofada. Esta ermida é administrada pelos pastores da serra os quais todos os anos, em véspera de S. Tiago, a 24 de Julho, fazem ao Santo uma festa, com missa cantada e sermão; que ali vão os frades capuchos do Convento de Santo António desta vila, com os quais os pastores repartem os seus borregos. Neste dia há ali um grande concurso dos povos circunvizinhos que no mesmo dia, ali pernoitam, fazendo notáveis fogos, com grande abundância de lenhas que há para se repassarem do frio que, ainda naquele tempo, ali de noite se experimenta. Fora deste dia não acorrem ali romeiros.”* (Cabral de Pina apud Carvalho Dias & Carvalho Dias, 2014). Apesar de não ter sido encontrado nada que pudesse comprovar a veracidade desta informação, é de notar a importância da mesma por ser a única descrição detalhada da capela.

A capela de Santo António da Argenteira, que existiu na Nave de Santo António, terá sido abandonada anteriormente ao ano de 1815, sendo referido por Lucas Batista que *“De qualquer modo, em 1815/1816 a festa já não se realizava no mesmo local, por se ter demolido a capela de Santo António da Argenteira.*

(...) Regista-se que a imagem de Santo António da Argenteira ainda existe, guardando-se na capela de S. Sebastião.”¹ (Batista, 1994, p. 184)

Em entrevista a David Pinheiro (2022), funcionário do cartório das paróquias de Manteigas, o mesmo referiu que, em data que desconhece, a capela de S. Sebastião foi assaltada, tendo sido furtada a imagem de Santo António da Argenteira, também conhecido por Santo António dos pastores, que aqui se encontrava desde a “demolição” da capela de Santo António da Argenteira. Não tendo sido a imagem original recuperada, a que aqui se encontra é, afinal, uma reposição em memória do original, de que se desconhece o paradeiro (Figura 10).



Figura 10 – Fotografia da estátua de Santo António da Argenteira na capela de São Sebastião (novembro 2022)

Ainda sublinha José Lucas Batista Duarte (1985), citando António de Jesus Carvalho (1940), “No alto da Serra da Estrela (Nave de Santo António ou Argenteira) erguia-se, ainda não há muito tempo, donairosa e simples, a encantadora capelinha de Santo António da Argenteira que, infelizmente, hoje está abandonada, em ruínas. (...) que o tempo vai tornando num montão de escombros” (Carvalho apud Duarte, 1985, p. 271), o que indicia que, pelos anos 40 do séc. XX ainda existiriam vestígios do que teria sido esta capela.

¹ Batista apresenta nota que refere esta informação vinda de *História dos lanifícios (1750-1834)*, de Luiz Fernando Carvalho Dias (1965), p. 1317.

As estórias associadas ao local, provavelmente relacionadas com as incomparáveis características metafísicas e espirituais deste espaço e o facto de não existir, na verdade, ali qualquer capela, contradizendo a *vox populi*, foram o mote deste trabalho para procurar conhecer, estudar e explorar este lugar auspicioso, que propicia a contemplação, o silêncio, a proximidade e o contacto com a natureza no seu estado puro, a Nave de Santo António.

5 ANÁLISE DA NAVE DE SANTO ANTÓNIO

5.1 O Lugar

A configuração planáltica da Nave de Santo António da Argenteira (Figura 11), ou simplesmente Nave de Santo António, de bacia glaciária colmatada por sedimentos de aluvião, um prado onde serpenteia uma linha de água, repleta de vida, dominado por imponentes fragas, e com vistas para o horizonte longínquo, um lugar simultaneamente recatado e elevado, de acolhimento e de envio, apela à pausa e ao silêncio, inspirando o entrosamento do homem na natureza como seu elemento integrante e integrado.

Além disso, a complexidade e convergência de fatores de diversidade bio-geológica marcam este território, abrangido por diversos instrumentos legais de proteção, com vista à sua preservação.

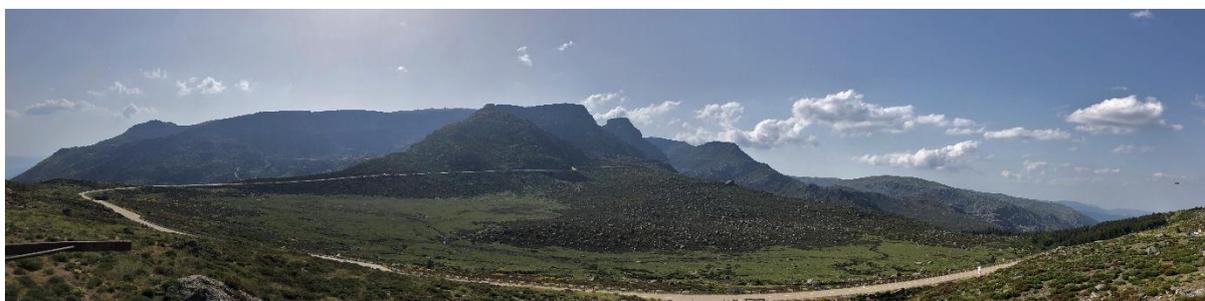


Figura 11 – Fotografia panorâmica da Nave de Santo António (06/2022)

5.1.1 Preservação da geodiversidade

A grande falha da Vilaríça prolonga-se por cerca de 250 km, desde Espanha, passando por essa localidade (em Trás-os-Montes), por Manteigas e Unhais da Serra, até à Sertã. Atravessando a Serra da Estrela, imprime uma forma retilínea a dois vales, pré-glaciários, o Vale do Zêzere e o Vale de Alforfa, também alinhados entre si ao longo desta falha geológica, e que foram sendo escavados pelas águas, formando vales fluviais com a tradicional configuração em “V”.

Com as glaciações, estiveram cobertos de gelo que os erodiu e moldou, conferindo-lhes a forma em “U”, sendo o Vale do Zêzere o mais imponente, face à sua extensão, linearidade e perfeição das formas, estando classificado como geossítio de relevância internacional, no âmbito do Estrela Geopark Global da UNESCO. A formação destes vales é, assim, marcada por fenómenos tectónicos, fluviais e glaciários.

Intersectando esta falha, o grande maciço rochoso da Serra da Estrela desenha uma portela, ligação aplanada entre dois vales e duas elevações, um natural cruzamento de acessos, ponto de encontro e lugar de pausa. Como Miguel Torga observa, distinguindo esta montanha de outras, “a Estrela não divide: concentra” (Torga, 1993, p. 72)

As grandes massas de gelo que constituem os glaciares, arrastam consigo blocos graníticos que, quando se dá o recuo da área glaciária, ficam acumulados nos seus limites, laterais e frontais, formando moreias. Quando uma glaciação ocupa uma área inferior à antecedente, permanecem no território os arcos morénicos correspondentes aos respetivos limites, sendo assim possível conhecer os sucessivos avanços e recuos e estudar as diferentes glaciações ao longo dos tempos.

A Nave de Santo António é limitada a Norte e a Sul por duas moreias, ambas com origem na última glaciação, cujo recuo se deu há cerca de 30 mil anos. A Norte, encontra-se a moreia lateral à língua glaciária que se desenvolveu sobre o Vale do Zêzere, onde sobressai o imponente Poio do Judeu (Figura 12), um enorme bloco morénico. A Sul, também lateralmente ao desenvolvimento da língua glaciária sobre o Vale de Alforfa, está a moreia designada “Espinhaço de Cão”. A Nascente, porém, no local designado “Piornos”, a moreia que aí existe, conhecida por “Moreia do Teleférico”, resulta do retrocesso da penúltima glaciação, que ocorreu há cerca de 140 mil anos, e cuja massa de gelo descia do planalto da Torre, cobrindo toda aquela área.



Figura 12 – Fotografia do Poio do Judeu, enquadrado com o Cântaro Magro, na moreia norte, limite da Nave de Santo António (junho 2022)

Outros blocos graníticos, que se integravam na massa do glaciário, com o derretimento do gelo ficaram abandonados no local em que se encontravam, pontuando a paisagem e testemunhando a sua constituição de outrora.

Viriato Simões salienta, “*é muito bela, vasta e imponente, esta Nave de Santo António. (...) A norte da Nave, o Poio do Judeu, o maior bloco errático da Serra, é sentinela altaneira sob o grandioso vale do Zêzere.*”(Simões, 1979, p. 28).

No âmbito da classificação da UNESCO Estrela Global Geopark referida anteriormente (2.2.), a Nave de Santo António e Poio do Judeu constituem o geossítio classificado GF25, rodeado de outros, os Cântaros Gordo, Magro e Raso (GF5, GF6 e GF7) e os vales glaciários do Zêzere (GF32) (Figura 13), e o vale glaciário de Alforfa (GF34), sendo as moreias laterais formadas por estes dois glaciares limites geográficos da Nave de Santo António. (Associação Geopark Estrela, sem data)



Figura 13 – Fotografia do Vale do Zêzere. Perspetiva do Poio do Judeu (junho 2022)

Os três cântaros (Figura 14) são formações graníticas sobreviventes à erosão provocada pela glaciação, pelo facto do seu topo se situar acima da cota de gelo do glaciar, tomando este tipo de formação a designação de "nunatak". Figuras proeminentes, dominam e limitam, a poente, a paisagem da Nave de Santo António.

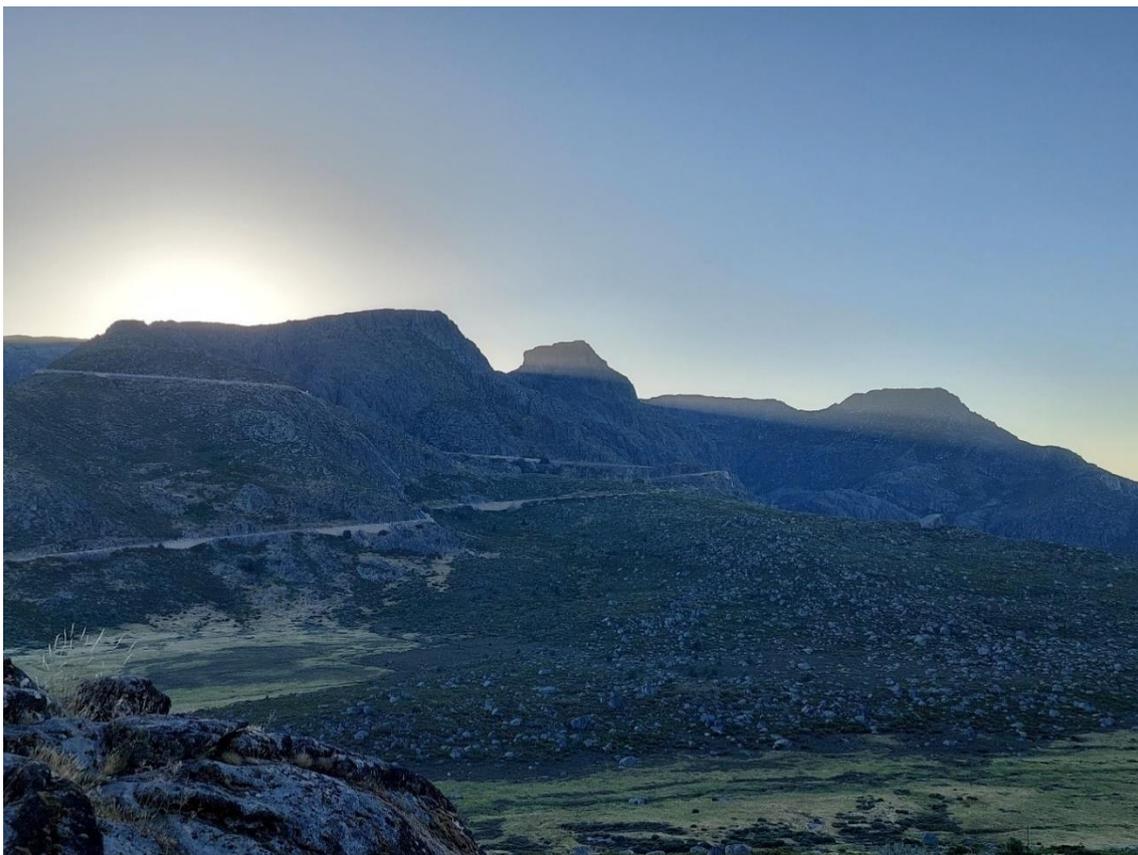


Figura 14 – Fotografia dos Cântaros Raso, Magro e Gordo, respetivamente (julho 2022)

5.1.2 Preservação da biodiversidade e saberes locais

“No alto d’esta Serra pastam mais de doze mil ovelhas desde a Primavera, em que vêm do Alentejo, onde vão ter o Inverno, até ao Outono, em que tornam para lá sem para tão grande numero de gados faltarem por todo este tempo pastos, porque d’elles é a Serra povoada na mais excessiva abundância, em tal forma, que só em uma relva sita ao pé da Ermida de Santo António de Argenteira, acima relatada, chamada por esta razão a Nave de Santo António, por todo este referido tempo pastam mais de quinhentas ovelhas sem pelo mesmo tempo sentirem a mínima falta de pastos. E se conta, que os pastos são tão puros, que não só são alimentares para os gados, mas também medicina para curar os achaques que elles padecem, os quaes se lhes desfazem com o uso de taes pastos. Há também n’esta serra criação de lobos, raposas, coelhos, perdizes e de Águias Reaes, que vivem nas penhas d’ellas.” (Cabral de Pina apud Manteigas - Trilhos Verdes, sem data-b).²

Nos termos da cartografia do *Plano Setorial da Rede Natura 2000*, está assinalado um conjunto de valores naturais, habitats naturais e espécies da fauna e da flora, que coexistem na nave de Santo António, para os quais são

² Excerto que consta deste documento e da *web page* referida no capítulo quarto, parágrafo doze, de fonte não confirmada, o que poderá indicar que essa mesma *web page* seja verídico.

identificadas as principais ameaças e definidas orientações de gestão, na perspetiva da sua proteção.

Destaca-se o habitat prioritário “6230 - Formações herbáceas de *Nardus*, ricas em espécies, em substratos siliciosos das zonas montanas”, que se tem deteriorado significativamente nos últimos anos, em parte devido à redução da pressão de pastoreio, e que é constituído por arrelvados de *Cervum Nardus stricta*, onde ocorre uma importante flora endémica (e.g. *Festuca henriquesii*, *Leontodon pyrenaicus subsp. herminicus* e *Ranunculus abnormis*) ou rara (e.g. *Alchemilla transiens* e *Gentiana lutea*³) (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, sem data).



Figura 15 – Fotografia de cervunal (junho 2022)

Estes cervunais (Figura 15) revestem um papel fundamental na regulação do ciclo da água e no seu fornecimento (retendo prolongadamente a água em zonas de maior altitude), de refúgio de biodiversidade e de recursos genéticos, sendo ainda referida a informação estética, artística e cultural, bem como espiritual e religiosa.

A regressão da pastorícia, a destruição física do habitat, “através, nomeadamente, de pisoteio, instalação de estruturas com fins turísticos e comerciais, e abertura e alargamento de estradas e caminhos, e ainda por

³ A gentiana lutea, incluída na categoria "criticamente em perigo" quanto ao risco de extinção (<https://flora-on.pt/?q=Gentiana+lutea+subsp+lutea>), com o nome comum de Argençana-dos-pastores, é referida como tendo dado a este lugar a designação de "Argenteira". No entanto, José David Lucas Batista, em *Toponímia do Concelho de Manteigas* (1998), p. 28 a 31, questiona essa relação, ainda que o defenda na publicação com o mesmo título de 1994, p. 98, 99.

deposição de resíduos e salinização, e a eutrofização provocada pelo uso de adubos azotados e corretivos calcários”, são as principais ameaças à conservação deste habitat (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, sem data, p. 3).

Para garantir a preservação e a gestão sustentável destes habitats, as orientações de gestão promovem a atividade pastoril, a interdição de uso de adubos e corretivos, a remoção da biomassa não consumida pelo pastoreio e o corte e extração de vegetação arbustiva.

Em acréscimo, destaca-se ainda o controle das ameaças relacionadas com a pressão turística, nomeadamente a limitação do uso de sal nas vias, o condicionamento de abertura e alargamento de estradas e caminhos, a limpeza de resíduos e a concentração espacial do turismo.

5.1.3 Proteção do Lugar

Quanto ao POPNSE, a Nave de Santo António situa-se em *Áreas de Proteção Parcial do tipo II*, que "*compreendem os espaços que contêm valores naturais e paisagísticos de interesse relevante ou, tratando-se de valores excepcionais, que apresentam, uma sensibilidade ecológica moderada*", e cujos objetivos consistem na preservação das espécies e dos habitats naturais, bem como o funcionamento dos ecossistemas e valorização das atividades tradicionais da serra da Estrela. É incluída também na "*Área de Intervenção Específica - Áreas Prioritárias de valorização Ambiental - Troço superior do vale do Zêzere*" cujos objetivos visam assegurar a compatibilidade entre o uso público e a sua preservação.

De salientar que, nos termos do Plano de Ordenamento, nas *Áreas de Proteção Parcial do tipo II*, são interditas as obras de construção, ampliação ou alteração, "*exceto as previstas no âmbito de ações de conservação da natureza ou necessárias à realização de atividades de animação ambiental*" (Presidência do Conselho de Ministros, 2009).

Toda a área da Nave de Santo António está inserida nas demais áreas classificadas para a biodiversidade, nomeadamente: *Zona Especial de Conservação do Plano Setorial da Rede Natura 2000, Sítio Ramsar, Reserva Biogenética e Reserva Ecológica Nacional*.

5.2 Breve contextualização histórica

Conforme acima referido, e como consta no Foral de Manteigas (1514), eram realizadas festas religiosas no lugar da Argenteira pela altura do solstício de verão, inspiradas em cultos pagãos, ritos antigos ligados à fertilidade. A data da festa religiosa, precisamente para a distinguir dos cultos antigos, foi alterada para o dia 24 de julho.

As referências mais antigas à ermida de Santo António da Argenteira datam do séc. XVIII, quer pelo Padre Manuel Cabral de Pina, referido no capítulo quarto e no subcapítulo 5.1.2., quer em *Memória da vila de Manteigas (1758)*, “nesta nave se acha situada a capela de Santo António da Argenyteira” (Carvalho Dias apud Batista, 1994, p. 98) e ainda das memórias paroquiais (*Dicionário Geográfico de Portugal, 1758*, p. 321). Desconhecendo-se a data da sua edificação, foi abandonada anteriormente a 1815, sendo que na década de 40 do século passado ainda se reconheciam no local vestígios da sua existência.

Em 1951, o município de Manteigas promoveu a construção de um fontanário para abastecimento de água potável ao local. (Figura 16).

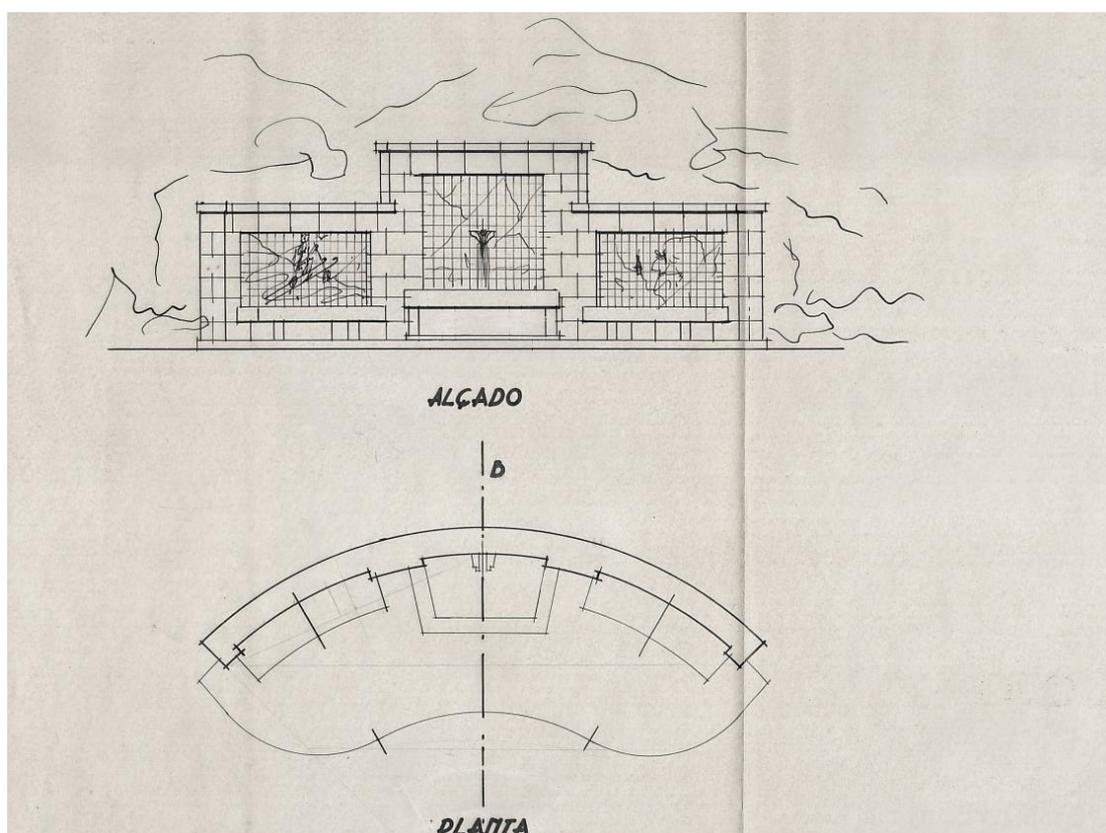


Figura 16 – Desenho de planta e alçado do fontanário construído na Nave de Santo António (1951) (Fonte: Arquivo Municipal de Manteigas)

O projeto da *Casa Abrigo na Nave de Santo António* (Figura 17) é elaborado no ano de 1953 visando a construção de um abrigo de pastores. A sua configuração, um volume simples encimado por um telhado de duas águas, o lugar da chaminé, central e no topo, e a porta de entrada em arco de volta perfeita, poderão indiciar que alguns elementos tenham reminiscências na antiga capela.

Possivelmente, terão sido reutilizados elementos construtivos da antiga capela, nomeadamente paredes ou fundações, que, como referido, ainda existiriam uma década antes desta nova construção. Não obstante, o projeto prevê o fornecimento da pedra e da cantaria, pelo que, as formas adotadas

poderão não passar de meras memórias, ou de continuidade da composição formal.

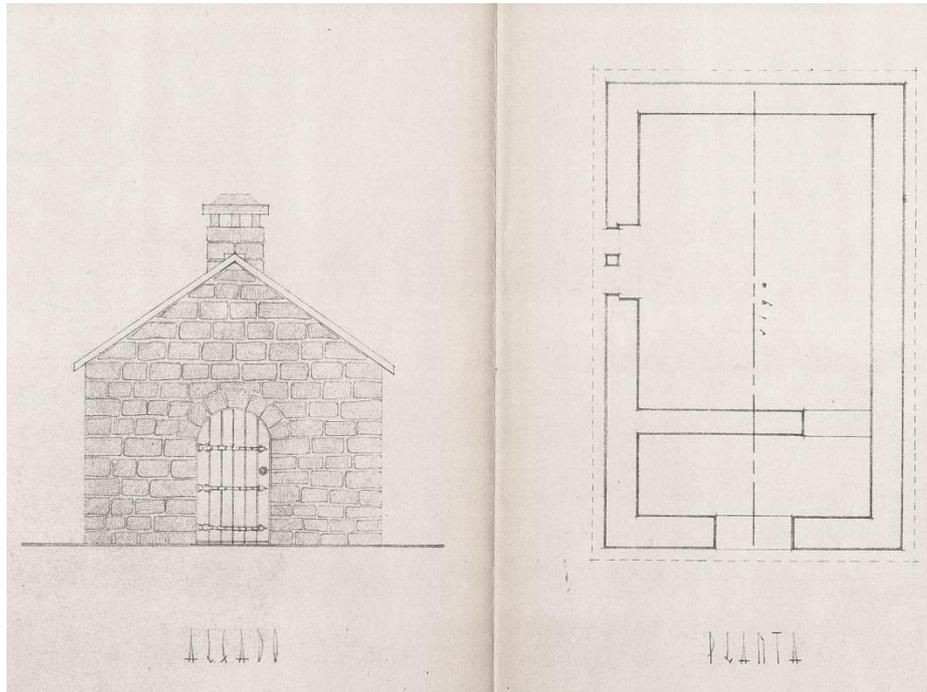


Figura 17 – Alçado e corte do projeto da Casa Abrigo na Nave de Santo António (1953) (Fonte: Arquivo Municipal de Manteigas)

Entre os anos 50 e 60 do século passado o lugar sofreu as consequências dos crescentes fluxos turísticos com a reapropriação do espaço para a prática de um campismo selvagem. Foram construídas pequenas, cabanas e barracas (Figura 18).



Figura 18 – Cópia de excerto de mapa com representação das cabanas construídas na Nave de Santo António. (Fonte – ICNF)

Ao abrigo, foi acoplada uma estrutura de madeira (Figura 19), funcionando aí um bar de apoio aos veraneantes que acampavam na Nave de Santo António, segundo revelou, em entrevista (2022), o Sr. José Maria Saraiva, Presidente da Associação dos Amigos da Serra da Estrela.

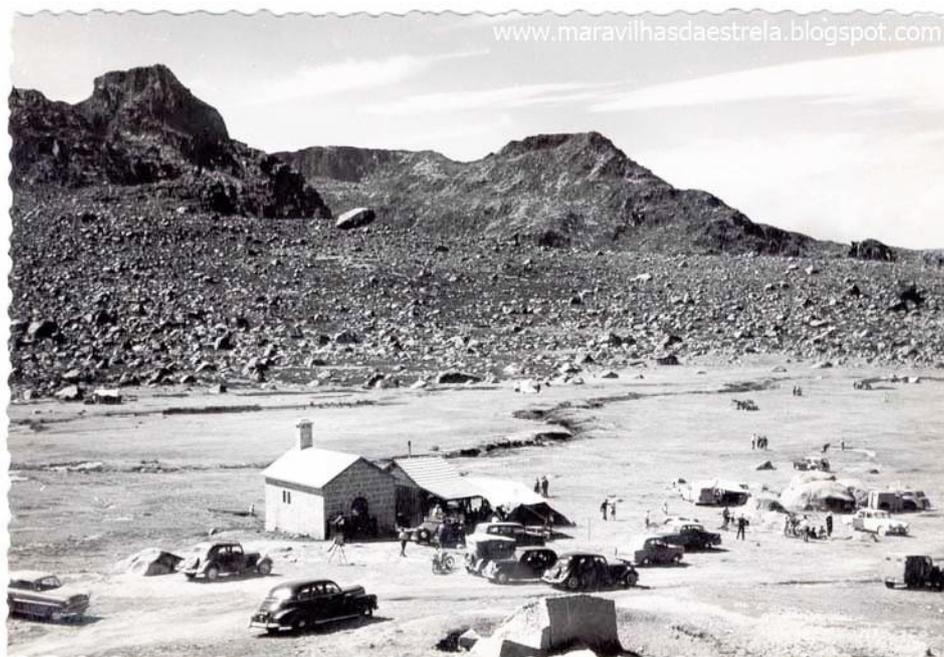


Figura 19 – Fotografia de postal (sem data).

Nos anos 70, um projeto de ligação e acesso à Torre por teleférico, levou à construção, no sítio dos Piornos, limite nascente da Nave de Santo António, do edifício-base de suporte a esta estrutura. No entanto, este equipamento nunca entrou em funcionamento, ficando o edifício à mercê das intempéries, acabando por se tornar uma ruína.

Em 1986 por decisão da Câmara Municipal de Manteigas, procedeu-se à demolição de todas as estruturas e barracas na Nave, no intuito de recuperar os valores naturais da área protegida, nomeadamente o prado de cervunal e todas as espécies que proliferam nesse habitat, permanecendo no local o abrigo, a fonte e, nos Piornos, o edifício-base do teleférico.

5.3 Usos e vivências

5.3.1 Percursos e usos

A Nave de Santo António, face à biodiversidade que apresenta, tem vindo a ser local de eleição para o desenvolvimento de estudos referentes à emergência climática e monitorização dos efeitos relacionados com o efeito estufa, e, conseqüentemente, com a adaptação das espécies de fauna e flora que ali residem. No local, podem observar-se estruturas, que funcionam como

pequenas estufas que servem para monitorizar o crescimento das plantas locais num ambiente de temperatura média superior ao atual (Figura 20). As mesmas foram instaladas no âmbito do projeto “ESTRELA - Efeito do aquecimento global na diversidade e funcionamento dos ecossistemas alpinos da Serra da Estrela”, coordenado por Susana Rodríguez Echeverría, Cristina Nabais e Marta Correia, do Centro de Ecologia Funcional do Departamento de Ciências da Vida, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC). (Cristina Pinto, 2022).



Figura 20 – Fotografia das pequenas estufas espalhadas pela Nave de Santo António (junho 2022)

Também o estudo e interpretação científica da evolução geológica da Serra da Estrela e da sua morfologia, se apoia neste lugar, cujos vestígios da ação tectónica, fluvial e glaciária, revelam a sua modelação e a sua história.

Na periferia da nave de Santo António estão colocados painéis informativos e interpretativos deste lugar.

A Nave é atravessada por uma vereda, um percurso que desce da Torre, pela moreia do Espinhaço de Cão, passa junto à fonte e ao abrigo e continua em direção ao Vale Glaciário do Zêzere. Existem ainda dois acessos, que tiveram utilização automóvel, mas que hoje estão interditos (Figura 21). Esta vereda está sinalizada em diversos percursos pedestres, nomeadamente na Rota GR T3 “Videmonte - Verdelhos - Loriga” e a variante T32 “Poço do Inferno - Manteigas - Nave”, ambas da Rede de percursos pedestres sinalizados pelo Parque Natural da Serra da Estrela (Barbosa & Correia, 1998, pp. 94–95, 102–103, 110–114), e nas rotas do município de Manteigas “PR6MTG - Rota do Glaciar” (Manteigas - Trilhos Verdes, sem data-a) e “PR7MTG - Rota dos Poios Brancos” (Manteigas - Trilhos Verdes, sem data-b).

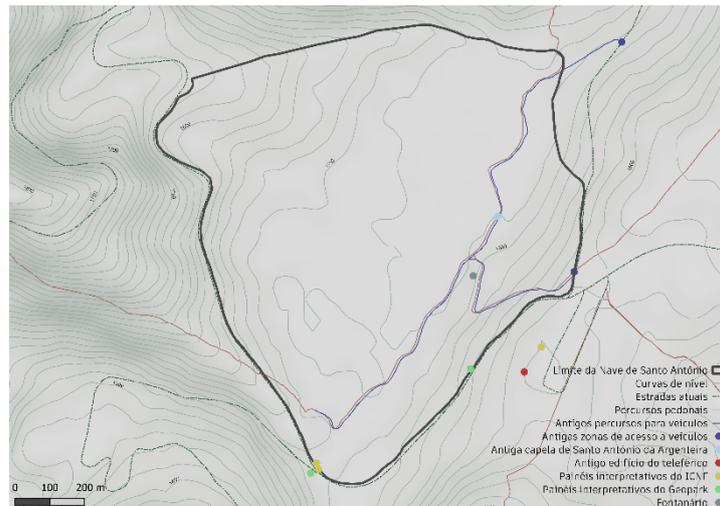


Figura 21 – Mapa dos diversos percursos existentes na Nave de Santo António.

5.3.2 Intenções, usos e potencialidades em torno dos vestígios do edifício do teleférico

Existe um edifício em estado de abandono no limite nascente desta Nave, construído nos anos 70, sobre a elevação formada pela moreia a que dá o nome (referido no parágrafo 5.1.1.). Trata-se de um projetado teleférico inacabado (Figura 22), de que as agrestes condições atmosféricas não permitiram a entrada em funcionamento. De facto, devido aos ventos fortes, a cabine de transporte caiu antes da inauguração em 1975, na viagem de teste.

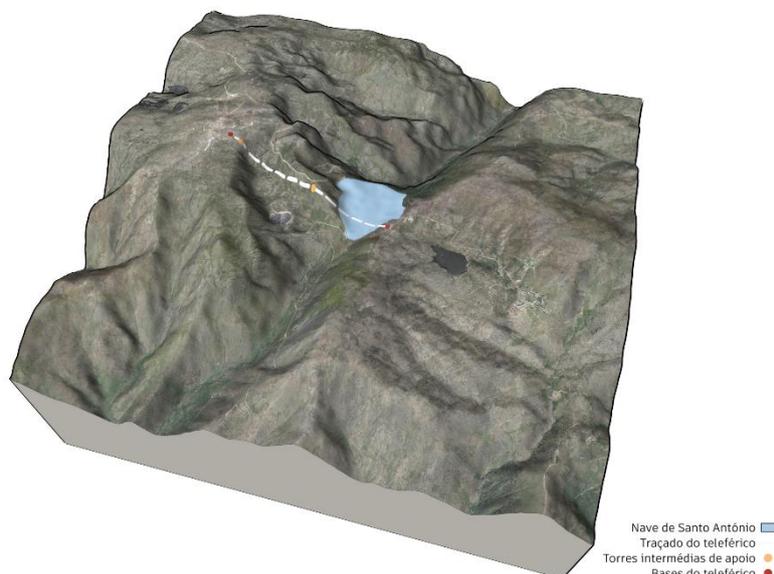


Figura 22 – Modelo tridimensional com o percurso do teleférico.

Ao longo dos tempos os elementos da construção mais frágeis e menos resistentes às grandes amplitudes térmicas e ao gelo foram-se deteriorando, restando o esqueleto em betão armado ainda em razoável estado de conservação.

Em 1999, o Parque Natural promoveu a elaboração, pelo arquiteto Miguel Krippahl, de um estudo prévio de “Recuperação da Base do Teleférico - Piornos” (Figura 23), que previa a implementação, neste edifício, de um posto de turismo e estabelecimentos comerciais.

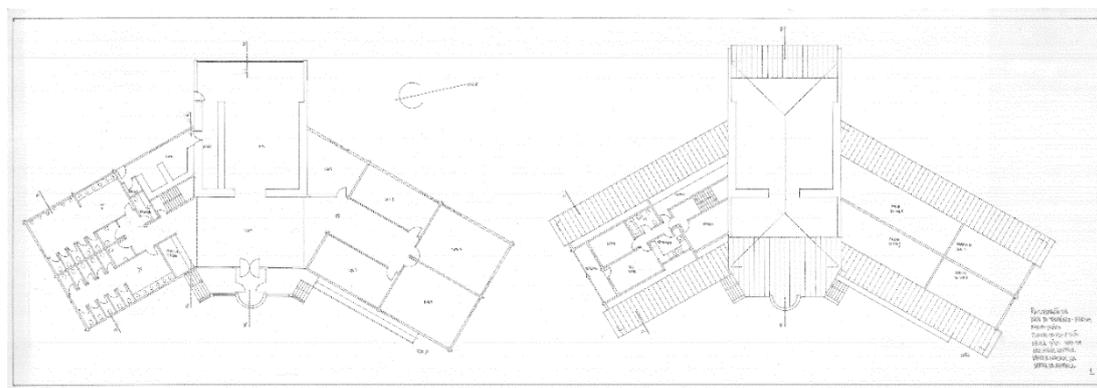


Figura 23 – Desenhos do estudo prévio de “Recuperação da Base do Teleférico – Piornos” (autoria: arquiteto Miguel Krippahl), 1999.

No entanto, o referido projeto não foi continuado e, sem uma tomada de decisão sobre outro destino a dar-lhe, o edifício permanece como elemento intrusivo e dissonante na paisagem natural da Nave de Santo António.

A conjugação de diversos fatores, como seja a existência de um edifício devoluto, a inviabilidade de construção ou ampliação devido ao quadro regulamentar da zona⁴, a necessidade de apoiar os usos que este lugar mantém⁵, conduz a uma proposta de projeto de recuperação deste edifício de maneira a transformá-lo, de um objeto obsoleto e desadequado ao lugar e ao tempo atuais, num elemento revitalizador de todos estes modos de ocupação deste sítio.

⁴ É feita exceção das obras previstas no âmbito de ações de conservação da natureza ou necessárias à realização de atividades de animação ambiental (Presidência do Conselho de Ministros, 2009, p. 6134).

⁵ Nomeadamente o de apoio ao conhecimento científico associado à promoção de um turismo não intrusivo e que contribua para a preservação dos valores naturais, que só através do conhecimento poderá ser conseguido, o de suporte à atividade de pastoreio, como já referido tão necessária à conservação dos habitats e das paisagens e ainda à sua ocupação como lugar de templo natural, de meditação e de proximidade com a natureza criadora.

6 PROPOSTA DE PROJETO

6.1 Introdução

Como anteriormente indicado, estamos perante um lugar com uma especificidade única que transcende as características físicas do território.

Trata-se de um lugar com um caráter próprio a que não são alheias as suas memórias, vestígios culturais, marcos dos diferentes usos e apropriações do espaço. Para desenvolver uma proposta de projeto ou, no limite, reconhecer a sacralidade do espaço, é fundamental conhecer e compreender o *genius loci*.

Intervir na Nave de Santo António e nos seus limites requer o cuidado de quem manipula uma frágil preciosidade, de modo a não ferir este invisível, mas perceptível, *genius loci*.

A proposta de projeto aqui apresentada passa assim por recuperar e reagrupar os usos deste espaço físico e metafísico, simultaneamente reenquadrando e reintegrando, como elemento da paisagem, o edifício abandonado. Outras intervenções diretas na planície ou nos seus elementos naturais e construídos que a rodeiam são desencorajadas em termos de reconfiguração da mesma, sendo importante o desenho de acessos pedonais desde o edifício que se recupera até aos existentes dentro da área da Nave de Santo António.

Pretende-se que, de uma perspetiva de média e longa distância, seja diluído na envolvente o impacto visual deste bloco construído, integrando-se como elemento natural, de modo a não ser o objeto de foco na paisagem e que seja, finalmente, estabelecida a relação que o edifício nunca foi capaz de firmar com o lugar.

Finalmente, procura-se, com o reuso do edifício do teleférico, proporcionar aos utilizadores uma experiência de leitura e interpretação da paisagem que, aliada à informação científica que ali será disponibilizada, lhes permita quer a apropriação, pelos sentidos, da materialidade deste lugar, quer a incorporação dos seus atributos transcendentais e impalpáveis.

Neste capítulo, em primeiro lugar, descreve-se as bases conceptuais, prioridades e intenções que estão na gênese da proposta. Seguidamente enquadram-se essas intenções nos fatores que condicionam o seu desenvolvimento e concretização. Apresenta-se ainda a fundamentação teórica que conduz às opções projetuais, descrevendo, finalmente, uma proposta preliminar de intervenção.

6.2 Princípios orientadores de projeto

Num quadro legal de proteção deste lugar, tão vulnerável quanto auspicioso, e ainda com um sentido de profundo respeito pela sua preservação, procura-se intervir, incorporando um elemento atualmente intrusivo, sem

provocar novas reconfigurações dos espaços e da paisagem. Este projeto procura não só respeitar a memória dos elementos que o constituem, mas também privilegiar uma abordagem prática e facilmente exequível, de modo a minimizar o impacto que as execuções de trabalhos de construção civil poderiam provocar num ambiente natural tão frágil.

Mais detalhadamente, pretende-se excluir as soluções arquitetónicas e estratégicas que poderiam provocar um aumento incontroado da pressão turística, bem como a dispersão dos fluxos turísticos pelo território. A solução proposta é alinhada ao corpo legislativo e dos planos de gestão dos habitats que abrangem esta área, razão que, já em 1986, conduziu à decisão municipal de demolição das edificações então existentes.

Outrossim, pretende valorizar-se o turismo de natureza e de visitação de cariz temporâneo e informativo, neste lugar marcadamente vocacionado para os circuitos pedestres, definir e qualificar um percurso pedonal entre o edifício a reconstruir e outros elementos de destaque, interligando-o aos caminhos preexistentes.

Em paralelo, procura proporcionar-se aos visitantes a oportunidade de conhecer o lugar, contando a sua história e estórias, geomorfológica, biológica e sociocultural, fomentando a sua proteção e defesa.

Sendo a atividade de pastoreio de transumância, nos meses de verão, fundamental para a conservação dos habitats que se quer defender, e a que, como comprovam os vestígios arqueológicos, desde tempos remotos aqui se sagrou, sustenta-se que não pode a requalificação deste edifício deixar de a promover e acarinhar, optando-se por integrar neste edifício um abrigo que confira um espaço digno e confortável para que os pioneiros da ocupação deste sítio possam dar continuidade a uma atividade de tanto mérito e aqui pernoitar com os seus rebanhos.

Espera-se que o estabelecimento do contacto dos caminhantes com os pastores possa impressionar os primeiros tal como Torga o descreve: *“Para lá da certeza dum refúgio amplo e seguro, onde não chega a poeira da pequenez nem o ar corrompido da podridão, o peregrino esbarra a cada momento com a figuração do homem que desejaria ser, simples, livre e feliz. Um homem de pau e manta, a guardar um rebanho - criatura ainda impoluta do pecado original, para quem a vida não é nem suplício nem degradação, mas um contínuo reencontro com a natureza, no que ela tem de eternamente casto, exaltante e purificador”* (Torga, 1993, p. 83)

Mas o conhecimento de um lugar como este que, manifestamente, tem um cariz espiritual, não pode deixar de contemplar esta vertente, pelo que se propõe a centralidade de um espaço dedicado à vivência desta relação com o transcendental, sem afetação a qualquer corrente religiosa, mas que permita a

contemplação, a introspeção, o silêncio, retomando a função primordial da capela que ali existiu.

É ainda intenção a de estabelecer relações visuais e intangíveis entre o edifício e o lugar, quer como elemento da paisagem, quer como ponto de onde se perscruta e compreende a envolvente, como local de relação sensível e espiritual com o lugar.

Se por um lado, se procura enquadrar o edifício como memória histórica e elemento emblemático, bloco errático que, por definição, é de matéria diferente da que lhe subjaz, pretende-se, por outro lado, que o imóvel a intervencionar estabeleça uma relação com os demais constituintes da paisagem, diluindo o seu atual impacto, procurando que a massa exterior seja minimizada através de um estudo cromático subtil de relação com a envolvente.

6.3 Condicionantes da proposta projetual

O acesso por estrada às zonas mais altas da Serra da Estrela, concretamente no inverno para usufruto da neve e dos desportos a ela associados, constitui um dos elementos de risco à preservação da natureza e da paisagem natural. O uso da estrada, particularmente na época invernal, obriga à permanente passagem de veículos de limpeza de neve e ao espalhamento de sal-gema na via que, conferindo-lhe maiores condições de segurança, acaba infiltrado na água e nos ecossistemas de altitude. Sublinha-se que, de acordo com as disposições do *Plano Setorial da Rede Natura 2000* (2.2.), e especificamente para proteção dos prados de cervunal, é recomendado o uso parcimonioso de sal nas vias públicas.

O teleférico, ainda que criado com o objetivo, muito pertinente, de defesa e conservação dos valores naturais, por pretender retirar das zonas de maior altitude e de maior procura turística a necessidade de acesso por estrada, criando uma alternativa, veio a revelar-se desajustado às condições climatéricas daquela zona da Serra da Estrela, nomeadamente a força dos ventos e a formação de gelo nos cabos de suporte, não tendo sido possível a sua entrada em funcionamento.

Verificada a não serventia das estruturas já edificadas, embora tenham sido demolidas a estação superior e as torres de passagem da cabine do teleférico, nenhuma decisão foi tomada quanto à estação base. Permaneceu o esqueleto, localmente apelidado de “mamarracho”, como elemento artificial e sem uso na paisagem física e simbólica.

A configuração do teleférico, aliada à já citada limitação legal de construção ou ampliação de edifícios, representam as principais condicionantes da seguinte proposta de projeto. A intenção é de se propor uma intervenção pouco invasiva em termos de execução, que não obrigue à demolição ou reconfiguração de

espaços preexistentes, remetendo a um exercício de enquadramento dos usos propostos numa geometria pré-definida.

Numa abordagem mais simplista, poder-se-ia encarar esta condicionante como uma limitação, coartante da criatividade e de um sem-fim de outras possibilidades de intervenção.

No entanto, entende-se que a própria morfologia da preexistência, com cinquenta anos de presença na paisagem, para além de contar a história do lugar, é quase, ela mesma, um enorme bloco errático que foi deixado neste sítio, não pelo gelo dos glaciares, mas pela ação e intenção humana que, como já atrás referido, moldou estas paisagens desde tempos imemoriais.

Além disso, não pode deixar de se constatar que as formas que apresenta têm algo de esteticamente valioso, que transparece de tudo o que foi concebido para servir um fim válido. Destaca-se a forma orgânica do seu desenvolvimento em planta, a sua cobertura de uma única água, que se abre sobre o vale, alargando a abrangência do alcance da vista até ao último plano da paisagem, a estrutura maciça em betão do volume que albergava todo o equipamento mecânico, as próprias engrenagens de dimensões inimagináveis, e a plataforma de saída, que, sem o funcionamento de qualquer teleférico, é ainda capaz de transportar os sentidos para toda a magnífica paisagem envolvente.

Em resumo, procura-se transformar o que poderia ser encarado como uma questão insolúvel – a geometria da preexistência – numa oportunidade que pode reerguer este edifício, e as suas formas, dos escombros da atual opinião da comunidade local, conferindo-lhe uma nova e mais equilibrada relação com a comunidade e com o lugar.

6.4 Fundamentação teórica: paisagem natural e pontos de observação

A paisagem natural proporciona experiências que dependem do ponto de observação: um miradouro, uma janela, um ponto específico, terão sempre de ser avaliados consoante o seu propósito e as recíprocas relações com a envolvente, mostrar o que está para além dos mesmos. Servir o observador, para que possa desfrutar da paisagem e compreendê-la.

Para que tal aconteça, a análise desenvolvida por Higuchi (1988) permite-nos esclarecer alguns conceitos relacionados com a paisagem, como as distâncias na mesma, os ângulos de incidência e a profundidade de invisibilidade. Este estudo é relevante na medida em que se pretende compreender a paisagem natural visível a partir do edifício do teleférico, relativamente à Nave de Santo António e sua envolvente.

6.4.1 Distâncias na paisagem

A paisagem que será objeto de estudo, de observação, de contemplação, é composta por diversos elementos de menor dimensão, que se conseguem distinguir melhor ou pior individualmente, consoante o seu tamanho e distância ao observador. Higuchi propõe três distâncias, um primeiro plano, um plano mediano, e um plano de fundo, salientando que a necessidade de perceber em que ponto específico se muda de plano. Relativamente aos elementos, estarão no primeiro plano se estiverem situados a uma distância até sessenta vezes o tamanho do mesmo. (Higuchi, 1988). Higuchi aponta a árvore como elemento definidor de planos da paisagem, pela sua provável abundância na mesma. Com seis metros de altura, estaria no primeiro plano até aos trezentos e sessenta metros de distância ao observador. Qualitativamente, em primeiro plano está tudo o que se consegue distinguir individualmente. No exemplo da árvore, como elemento básico de uma paisagem, enquanto se consegue distinguir os limites de uma árvore para as outras, falamos de objetos em primeiro plano. A partir do momento em que os objetos não são facilmente distinguíveis, neste caso as árvores, entra-se no espectro do plano mediano. Neste plano não se vê a árvore, vê-se a floresta. Noutros termos, a paisagem deixa de ser categorizada por unidades ou espécies e engloba conjuntos de texturas e formas, que começam a ser influenciados na cor e perspectiva pela atmosfera. O terceiro plano, ou o plano de fundo, é detentor dos grupos de objetos que não se distinguem individualmente. Neste caso, os tipos de copa, as cores, as texturas deixam de se conseguir distinguir, observando-se apenas o acompanhamento da topografia, vales e montanhas cobertos de um verde-azulado, devido à cor da atmosfera que se apresenta entre o observador e a paisagem. Este tom geral da paisagem no plano de fundo é mais suave que o tom do céu, dando mais ênfase aos outros dois planos. O único elemento que se destaca no plano de fundo é o contorno das montanhas em contraste com o céu.

É preciso ter em conta que, dependendo das condições atmosféricas, bem como da hora a que se observa uma determinada paisagem, a visibilidade pode variar drasticamente. Em relação à hora, Higuchi refere uma visibilidade, ao meio-dia, a mais do dobro da distância do que de manhã e ao fim do dia (Higuchi, 1988, p. 16). Em termos de condições atmosféricas, a visibilidade pode variar entre menos de um quilómetro se estiver nevoeiro, de 1 a 15 quilómetros se estiver a nevar, de 3 a 15 quilómetros se estiver a chover, e de 10 a 45 quilómetros no caso de haver nuvens ou céu limpo.

No caso da Nave de Santo António, é difícil tomar a árvore como elemento regulador dos planos das paisagens observáveis. Apenas no limite nordeste se encontram algumas árvores com algum porte, como pinheiros-bravos e bétulas, que não são visíveis do edifício do teleférico, face à sua orientação. Os restantes elementos predominantes são os blocos morénicos, a vegetação rasteira e a casa

abrigo, conhecida como Capela de Santo António da Argenteira, como anteriormente descrito (Figura 24).

Os blocos morénicos têm uma variedade de tamanhos e geometrias que os tornam impossíveis de utilizar como elemento definidor de diferentes planos. A vegetação rasteira acompanha o nível do terreno e não sobressai como uma árvore. Por fim, a casa abrigo, apesar de ter dimensões relativamente fáceis de perceber, está apenas num ponto específico da paisagem, e, por isso, não permite distinguir as três distâncias que Higuchi revela. Já depois dos limites da Nave de Santo António estão os Cântaros, Raso, Magro e Gordo, que já se veem com uma coloração azulada, num dia de sol, dada a distância a que se encontram. São objetos monumentais, e como tal, difíceis de utilizar como elementos regularizadores.

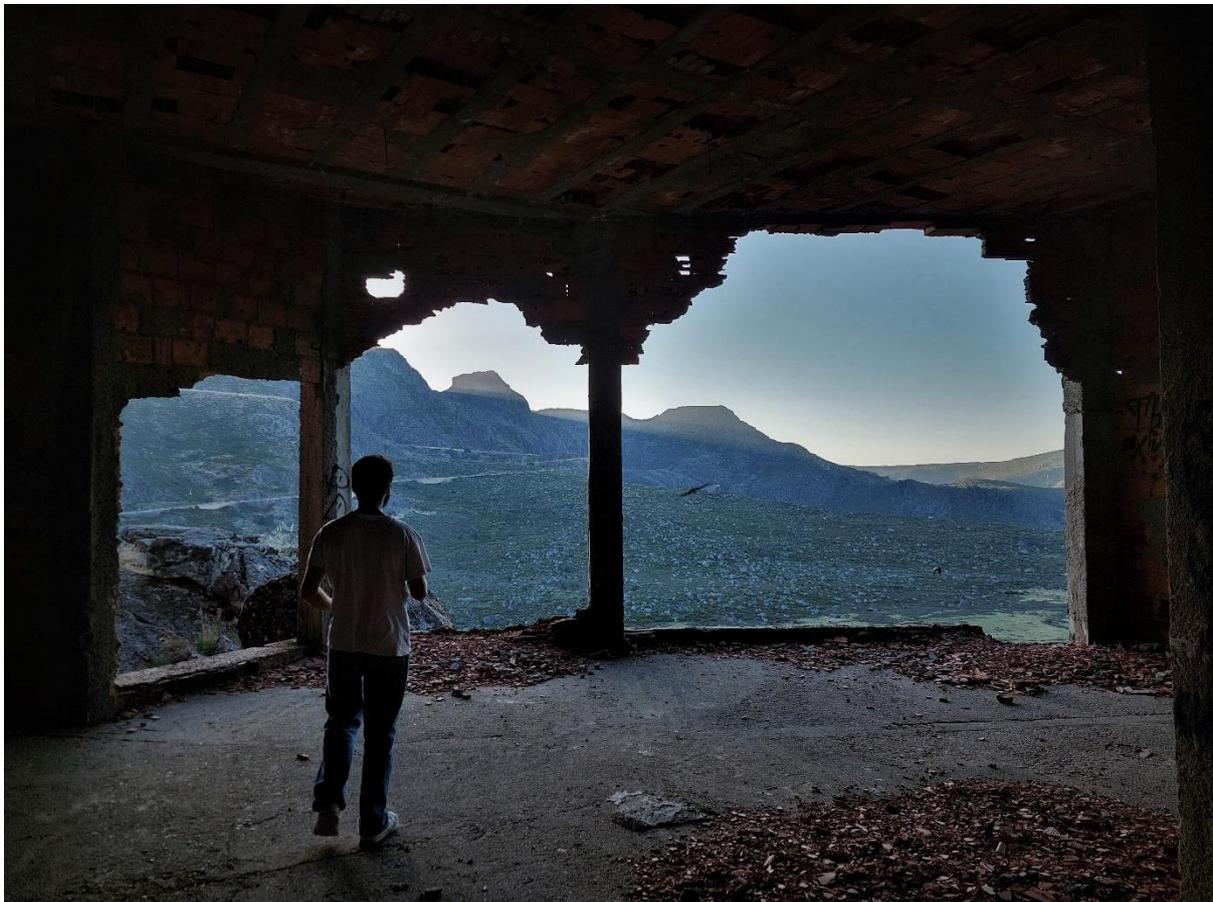


Figura 24 – Fotografia de relação dos elementos da paisagem com o edifício do teleférico (julho 2022).

Nesta situação em concreto, poderá optar-se pela leitura e distinção das cores dos elementos que se distribuem no território, juntamente com os seus tamanhos médios. Apesar das cores estarem sujeitas a alterações consoante as estações do ano, serão proporcionalmente distribuídas em cada estação.

Os blocos morénicos, exceto na época do ano em que estão cobertos de neve, apresentam uma coloração idêntica ao longo do ano, espalhando sempre os mesmos cinzentos-azulados pela paisagem. Estes têm tamanhos muito

variados, sendo o maior, dentro da Nave de Santo António, o Poio do Judeu. A vegetação, devido à variedade de espécies existentes, pode mostrar conjuntos de cores diferentes, entre amarelos, verdes e castanhos, pontuados de lilases, que variam de acordo com a estação do ano. Apesar de também ter variadas dimensões, aproxima-se, em média, dos 50 centímetros de altura.

Tendo como base esta paleta cromática, e de acordo com as classificações de paisagem de Higuchi quanto à altura média do elemento definidor de planos, pode-se considerar, tomando os 50 centímetros de altura média da vegetação, que o limite do primeiro plano desta paisagem deveria rondar os 30 metros de distância ao observador. No entanto, ainda bastante depois dos 30 metros, é possível distinguir individualmente estes elementos, até aos 100 metros de distância, onde se começa a deixar de identificar a vegetação como indivíduos e se começa a identificar uma mancha com diferentes cores. Esta é a distância aproximada do edifício do teleférico à estrada que passa a oeste do mesmo. Assim, a Nave de Santo António começa já no segundo plano, plano este que se estende por toda a paisagem visível do edifício do teleférico. Em certas condições atmosféricas, de má visibilidade ou de fim de tarde, em que o sol se apresenta atrás dos cântaros, poder-se-á considerar que os elementos mais afastados, já para lá da Nave de Santo António, estão em terceiro plano, por se distinguir apenas a silhueta dos mesmos.

6.4.2 Ângulo de incidência

O ângulo de incidência permite aferir a facilidade de se conseguir observar uma superfície ou plano. “J. J. Gibson, conhecido pela sua pesquisa sobre *percepção de profundidade*, chegou à conclusão de que nosso ambiente visual é composto por dois tipos de planos, que chamou de *superfícies frontal e longitudinal*” (Higuchi, 1988, p. 24). Na superfície, ou plano, frontal o ângulo de incidência é calculado em relação ao ângulo vertical que o observador faz com o plano, que varia entre os 90 e os 60 graus, em que os 90 graus referem ao ponto mais próximo do observador e os 60 graus ao ponto mais afastado do observador, nesse mesmo plano. No plano horizontal o ângulo de incidência é calculado em relação ao ângulo horizontal que o observador faz com o plano, que varia entre 0 e 30 graus, em que os 0 graus referem ao ponto mais afastado do observador e os 30 graus ao ponto mais próximo do observador, nesse mesmo plano. Higuchi explica que por terem um ângulo de incidência sempre maior, os planos frontais são sempre mais fáceis de observar do que os planos longitudinais (Higuchi, 1988, p. 26). Para aumentar a visibilidade de um plano longitudinal é necessário que o observador se afaste perpendicularmente desse mesmo plano, de modo a aumentar o ângulo de incidência para cada um dos seus pontos.

Resumindo, quanto maior for o ângulo de incidência, mais facilidade o observador terá em analisar a paisagem.

No caso de estudo da Nave de Santo António, associado à visibilidade a partir do edifício do teleférico, e tendo em conta a definição de nave – espaço amplo, planalto entre montanhas – consegue-se denotar, à partida, que a visibilidade deste espaço não será atulhada de obstáculos e planos difíceis de compreender. Generalizadamente, como é possível observar em secção (Figura 25), a Nave de Santo António começa por ter um declive, até chegar às suas cotas mais baixas, que se tornam a elevar aos poucos, em direção aos cântaros. Esta sucessiva transformação do ângulo de incidência causa uma aparente proximidade com a paisagem e com estes monólitos de dimensão incomensurável, apesar das grandes distâncias a que se encontram do observador.



Figura 25 - Corte da Nave de Santo António

Ao mesmo tempo, no enquadramento da casa abrigo da Nave de Santo António (Figura 26), percebe-se a real distância destes artefactos, pela constatação da pequenez deste abrigo, que ao olho desatento pode até passar despercebido.



Figura 26 – Fotografia captada a partir do edifício do teleférico para a casa abrigo (junho 2022)

6.4.3 Profundidade de invisibilidade

O ângulo de incidência afetará a profundidade de invisibilidade, à medida que se encontrem obstáculos mais ou menos próximos do observador. Tendo em conta os ângulos de incidência analisados, previamente descritos, é possível aferir que não existem obstruções de visibilidade a curta e média distâncias, o que torna fulcral que os vãos no edifício sejam abertos até perto do chão do piso em que se encontram. Do mesmo modo, devem erguer-se à máxima altura que proporcione a visão panorâmica da paisagem.

6.5 Breve descrição da proposta projetual

A proposta projetual, como anteriormente referido, procura tirar partido do volume e da forma orgânica do edifício existente, dos vestígios das estruturas de betão de suporte à mecânica do teleférico e da sua cobertura de uma só água que se abre sobre a Nave de Santo António.

O espaço exterior do edifício consiste, a nascente, num amplo parque de estacionamento em desuso, sendo por aí possível o acesso automóvel. Manter-se-á o acesso ao interior do edifício pelo local previsto na sua função inicial, mantendo os degraus e implementado um conjunto de passagens rampeadas, para permitir o acesso de pessoas com mobilidade condicionada, em que se procura que o seu desenvolvimento reflita a mesma forma orgânica do edifício.

No amplo átrio de entrada, distingue-se uma área de receção e atendimento, abrindo-se à direita o espaço para a área de conhecimento e interpretação da Nave de Santo António. Nesta área prevê-se a estruturação do espaço de modo a proporcionar suporte à exposição temática relacionada com a Serra da Estrela e com a Nave de Santo António, constituídas por elementos formativos e informativos, incluindo uma pequena área de biblioteca.

Procurando proporcionar ao visitante diferentes experiências de observação da paisagem, tendo em consideração os seus vários planos e distâncias, como atrás referido, estabeleceu-se a abertura de vãos e a implementação de pontos de observação em localizações estratégicas para maximizar, em cada cenário, uma perspetiva que enquadra aspetos específicos da paisagem (Figura 27).



Figura 27 - Fotomontagem exemplificativa do espaço de interpretação

De sublinhar que, apesar de se ter efetuado o estudo da exposição solar, concluiu-se que, condicionar a proposta de modo a evitar que, em determinados, e curtos, períodos, a sua incidência pudesse afetar negativamente a leitura da paisagem, retiraria muita da abrangência visual, pelo que se optou por não considerar este fator (Figura 28).

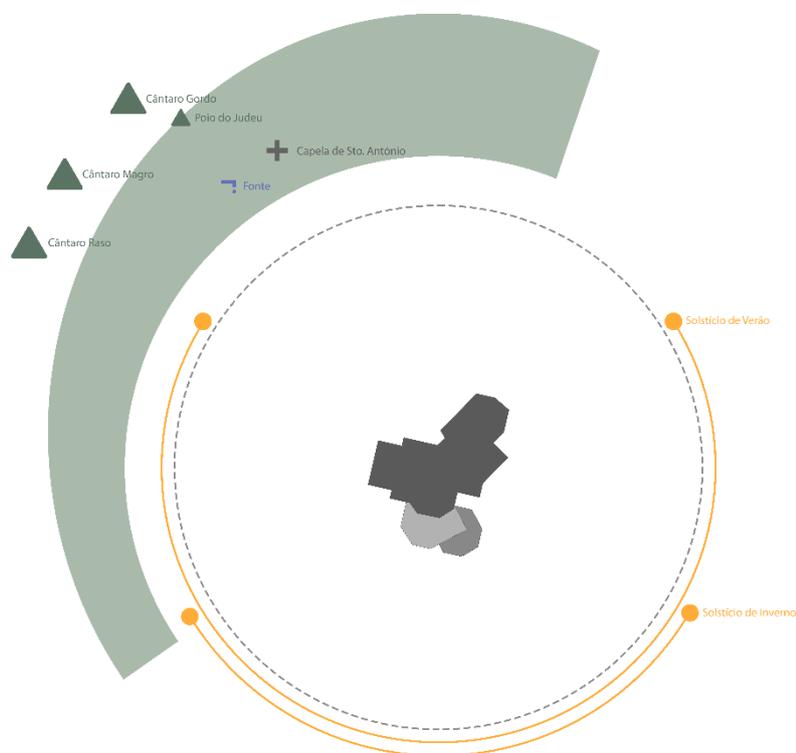


Figura 28 - Diagrama de exposição solar

À esquerda do corpo central, neste piso, prevê-se a implementação de instalações sanitárias para ambos os sexos, acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada.

O corpo central é uma estrutura maciça de betão armado, onde domina o antigo mecanismo de funcionamento do teleférico, que se pretende manter como memória dessa função primordial. Albergará o núcleo das conexões verticais (elevador e escadaria) que interligam este piso com um piso superior destinado a instalações de apoio operativo e de descanso dos funcionários, e à entrada, a um nível inferior, que recebe o percurso pedestre a implementar, de ligação à Nave e aos percursos existentes. Nos diversos patamares desta escadaria, propõe-se a exposição de painéis informativos e artísticos que possam revelar as especificidades dos diferentes andares da Serra da Estrela, tal como definidos no Plano de Ordenamento do Parque Natural, proporcionando uma ascensão acompanhada e que acompanha a subida da montanha.

O espaço que recebia a cabine do teleférico, proporcionando o embarque e desembarque dos passageiros, transportando-os, a partir dali, para a imensidão da paisagem, é o eleito para possibilitar, igualmente, a imersão da pessoa com a dimensão transcendental do lugar e de si própria (Figura 29).

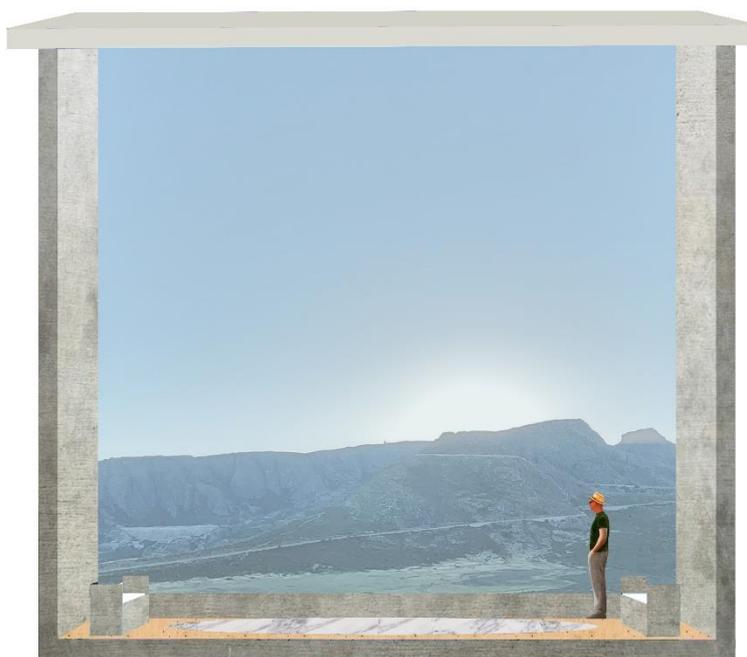


Figura 29 - Fotomontagem exemplificativa do espaço de culto

Com uma abertura que se projeta sobre a paisagem, abrindo-se à infinitude do Universo e ao espaço cénico da Nave de Santo António, procura-se que este lugar seja, ao mesmo tempo, intimista, virado para o interior, sem que se lhe atribua uma orientação determinada, o que se coaduna com a intenção de que este espaço não sirva nenhuma religião específica, prestando-se a todas.

Em contraste com a estrutura de betão, alta, esbelta, moderna, projetada sobre os planos mais longínquos da paisagem, relacionando-se com a esfera transcendental que alimenta a vida espiritual, surge um corpo orgânico, baixo, enraizado no solo, que remete para a vida terrena que se alimenta do que nasce do chão. A conjugação de ambas as dimensões que participam na definição deste espaço contribuem para o reconhecimento do lugar como uma portela de inclusão.

É, então, este o espaço indicado para acolher a função de abrigo dos pastores e dos rebanhos, símbolos desta ligação humana com o produto da terra. Assim, nestas instalações situadas a sul, num nível intermédio inferior à cota de soleira do rés do chão, e sem ligação com o espaço interior acima descrito, propõe-se a localização do abrigo dos pastores, com contidos espaços habitacionais para albergar duas pessoas e uma área exterior murada (em betão armado) de recolha do rebanho.

Propõe-se para revestimento exterior das fachadas uma solução modular de elementos que se posicionam segundo planos com inclinações distintas e que, associados a um padrão cromático dos tons predominantes da paisagem natural (Figura 30), conferem ao edificado a sua diluição no ambiente envolvente.

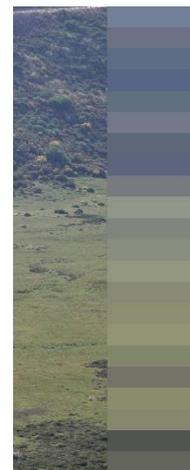


Figura 30 - Estudo cromático

6.6 Observações conclusivas

O desenvolvimento do presente trabalho, numa aproximação e definição gradual do objeto de estudo, conduziu a um conhecimento e reconhecimento do lugar auspicioso que é a Nave de Santo António da Argenteira, da sua morfologia, da sua história, dos seus valores naturais e construídos, da sua ocupação, usos e costumes ancestrais, que, por sua vez, levaram a escolhas e decisões quanto às opções de possível intervenção.

De todo este processo, podemos retirar algumas observações conclusivas relativamente às dimensões físicas e metafísicas da Nave de São António.

A perceção da vocação da Nave de Santo António não se resume a uma mera interpretação subjetiva ou temporânea, comprovando-se que, desde épocas remotas, o lugar foi eleito como lugar de culto. As práticas religiosas, ao longo dos tempos, foram assumindo diversas expressões, traduzindo a vocação espiritual deste sítio.

A associação deste sítio ao culto religioso corresponde aos critérios de localização dos demais locais de culto da região, nomeadamente por se situar simultaneamente num ponto elevado e em zona de cruzamento e encontro de caminhos que unem diferentes povoados.

O imaginário coletivo popular que assume a existência de uma capela na Nave de Santo António tem reminiscências no facto comprovado do seu passado histórico, refletindo uma memória coletiva que não se perdeu.

Comprovada a preexistência neste lugar de uma capela, ainda que se possa intuir que o edifício construído para abrigo dos pastores tenha origem formal na já desaparecida capela, não existem elementos que possam corroborar essa relação.

A riqueza bio-geológica aqui reunida promove a utilização do espaço para o aprofundamento do conhecimento científico.

Às atividades de turismo de natureza pode aliar-se a propiciação de elementos informativos e formativos que contribuam para a construção de uma sociedade mais ciente da história dos lugares e dos valores que deve proteger.

A continuidade da atividade pastoril beneficia a manutenção dos habitats e dos sistemas ecológicos dos prados de cervunal, como o que existe na Nave de Santo António;

A Nave de Santo António compreende um intangível, mas inequívoco, cariz espiritual, que conduziu à sua escolha como lugar de culto, o que pode ser de novo materializado num espaço dedicado à religiosidade e reflexão.

Qualquer intervenção neste espaço deverá, para além de cumprir condicionantes legislativas e regulamentares, honrar a sua natureza e vocações intrínsecas, analisando as suas fragilidades e aprimorando a integração harmoniosa dos elementos físicos e metafísicos do lugar.

O reuso do edifício abandonado do teleférico justifica-se devido à necessidade de reconciliar a sua presença com este lugar, assumindo a sua história e integrando a sua imagem com a paisagem envolvente.

A leitura e interpretação desta paisagem pode ser proporcionada de forma direcionada definindo prioridades estratégicas, dispondo metodicamente a relação entre o observador e a extensão de território abrangida pelos sentidos, conduzindo à sua apreciação e crítica compreensão.

Em suma, o lugar, pelo seu extraordinário valor físico e espiritual, propicia e merece a requalificação da sua estrutura física, a promoção dos seus valores, histórias e estórias, e a perpetuação dos usos que sempre aqui encontraram acolhimento, bem como a sua reinterpretação.

REFERÊNCIAS

- Agência Ecclesia. (2007, Novembro 23). *Roteiro das Capelas da Serra da Estrela*. <https://Agencia.Ecclesia.Pt/Portal/Roteiro-Das-Capelas-Da-Serra-Da-Estrela/>.
- Associação Geopark Estrela. (sem data). *Geossítios*. <https://www.geoparkestrela.pt/geossitios>. Obtido 15 de Maio de 2022, de <https://www.geoparkestrela.pt/geossitios>
- Barbosa, A., & Correia, A. (1998). *À descoberta da Estrela - Grandes rotas pedestres* (Instituto da Conservação da Natureza, Ed.; 2.ª ed.). Parque Natural da Serra da Estrela.
- Batista, J. D. L. (1994). *Toponímia do Concelho de Manteigas* (C. M. de Manteigas & P. N. de Serra da Estrela, Eds.; 1.ª ed., Vol. 1). Gráfica de Gouveia Lda.
- Carvalho Dias, M. N. P. de, & Carvalho Dias, M. do C. J. M. (2014). *Covilhã - Memorialistas ou Monografistas XII*. <http://Covilhasubsidiosparasuahistoria.Blogspot.Com/2014/11/Covilha-Memorialistas-Ou-Monografistas.Html?M=0>.
- CCDR-N. (sem data). *Reserva Ecológica Nacional*. <https://www.ccdr-n.pt/Pagina/Servicos/Ordenamento-de-Territorio/Reserva-Ecologica-Nacional>.
- Cristina Pinto. (2022, Outubro 10). *Cientistas da FCTUC estudam o efeito do aquecimento global na Serra da Estrela*. <https://www.uc.pt/fctuc/Noticias/Cientistas-Da-Fctuc-Estudam-o-Efeito-Do-Aquecimento-Global-Na-Serra-Da-Estrela/>.
- Dicionário Geográfico de Portugal*. (1758). 22.
- Duarte, J. L. B. (1985). *Antologia I - Textos Escolhidos e Seleccionados sobre Manteigas e Sameiro* (C. M. de Manteigas, Ed.; Vol. 1). Câmara Municipal de Manteigas.
- Higuchi, T. (1988). *The Visual and Spatial Structure of Landscapes*. MIT Press; Gihodo Publishing Co. Ltd.
- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. (sem data). *Plano Sectorial da Rede Natura 2000*.
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (sem data). *Plano Setorial RN 2000*. <http://www2.icnf.pt/Portal/Pn/Biodiversidade/Rn2000/p-Set/Plan-Set-Docs>.
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2016, Outubro 12). *Natura 2000*. <http://www2.icnf.pt/Portal/Pn/Biodiversidade/Rn2000>. <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000>
- Manteigas - Trilhos Verdes. (sem data-a). *Rota do Glaciar*. www.manteigastrilhosverdes.com

Manteigas - Trilhos Verdes. (sem data-b). *Rota dos Poios Brancos*.
www.manteigastrilhosverdes.com

Ministério da Habitação e Obras Públicas. (1979). *Decreto-Lei nº 167/79*. 1213–1214.

Ministério das Finanças e do Ambiente e Recursos Naturais. (1990). *Portaria nº 583/90*. 3074–3078.

Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. (1997). *Decreto Regulamentar nº 50/97*. 6311–6314.

Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. (2007). *Decreto Regulamentar nº 83/2007*. 7208–7209.

Presidência do Conselho de Ministros. (1976). *Decreto-Lei nº 557/76*. 1562–1565.

Presidência do Conselho de Ministros. (2009). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009*. 6129–6148.

Presidência do Conselho de Ministros, & Ministério da Habitação e Obras Públicas. (1979). *Portaria nº 409/79*. 1857–1859.

Simões, V. (1979). *A Serra da Estrela e as suas beiras*.

Torga, M. (1993). *Portugal* (6.ª ed.). Gráfica de Coimbra.

ANEXO A - WORKSHOP

O presente workshop teve como objetivo a busca de soluções de interligação das duas margens do rio Mondego, em Coimbra, por se constatar que as mesmas não estão devidamente conectadas. Destaca-se, como elemento integrante da margem este, o Convento de Santa Clara-a-Nova, que não se mostra atualmente capaz de estabelecer novas ligações para que a margem menos desenvolvida (margem oeste) esteja em equilíbrio com a primeira.

O exercício proposto aos grupos era de desenvolvimento deste tema, em função do Convento, de modo que este se pudesse tornar elemento integrante destas ligações entre margens.

Trata-se este Convento não como um edificado, mas como um limite, que engloba tanto o construído, edifício principal, infraestruturas associadas e muralha, como o não construído, o terreno que lhe pertence. Entre estes existem diferenças de cota desafiantes, tanto a oeste, à esquerda do Convento (mais afastadas da margem do rio), como a este, no limite do terreno pertencente à área do convento, suportada por uma grande muralha de contenção, de onde se observa o Convento de São Francisco, já a uma cota muito menos elevada.

A proposta desenvolvida pretende redesenhar os acessos e ligações entre as duas margens do rio Mondego na cidade de Coimbra, aproveitando o convento como rótula imprescindível no redesenho dos percursos pedonais da cidade, implicando o reuso deste espaço até agora desaproveitado.

Desenha-se um percurso com objetivo de relacionar de forma tangível e intangível este Convento, o polo universitário, e o centro histórico de Coimbra (Figura 31). Este percurso engloba duas ligações entre as margens do rio Mondego conectando por meio aéreo dois espaços inutilizados, e fazendo um acesso por uma ponte já existente. A primeira ligação conecta a área norte do convento a este percurso integrando-o no mesmo. A segunda, para além da conexão necessária da cidade, propõe que exista também uma relação histórica, que interliga o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, o Convento de São Francisco e o Convento e Mosteiro de Santa Clara-a-Nova. Para vencer as cotas, é desenhado um sistema de rampas e escadas (Figura 31), entre o Convento de São Francisco e o Convento de Santa Clara-a-Nova, reenquadrando as escadas propostas pelo arquiteto Carrilho da Graça que se situa na zona tardoz da sua intervenção em 1996 em relação ao Convento de São Francisco

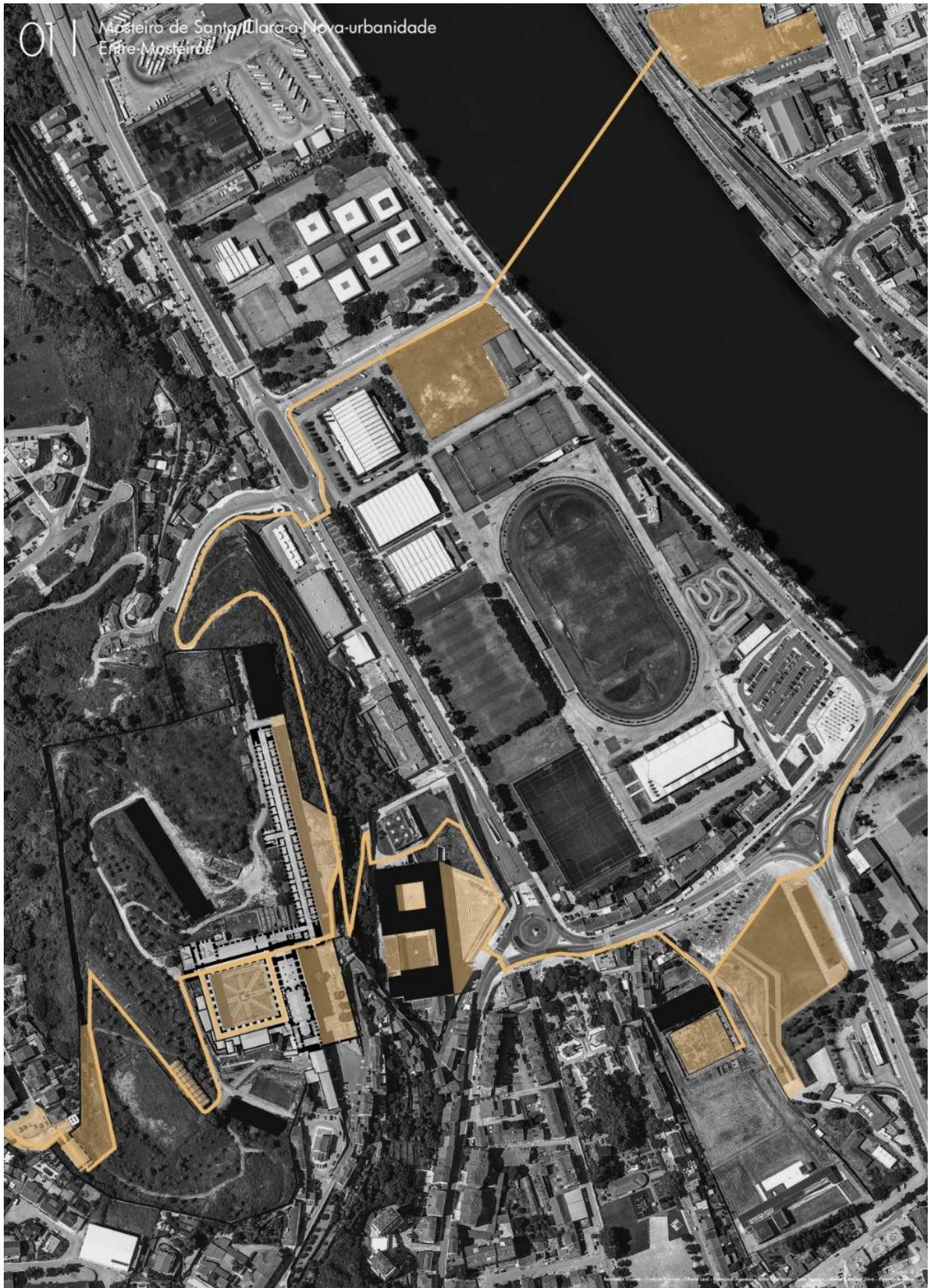


Figura 31 – Desenho do percurso proposto de ligação (março 2022)

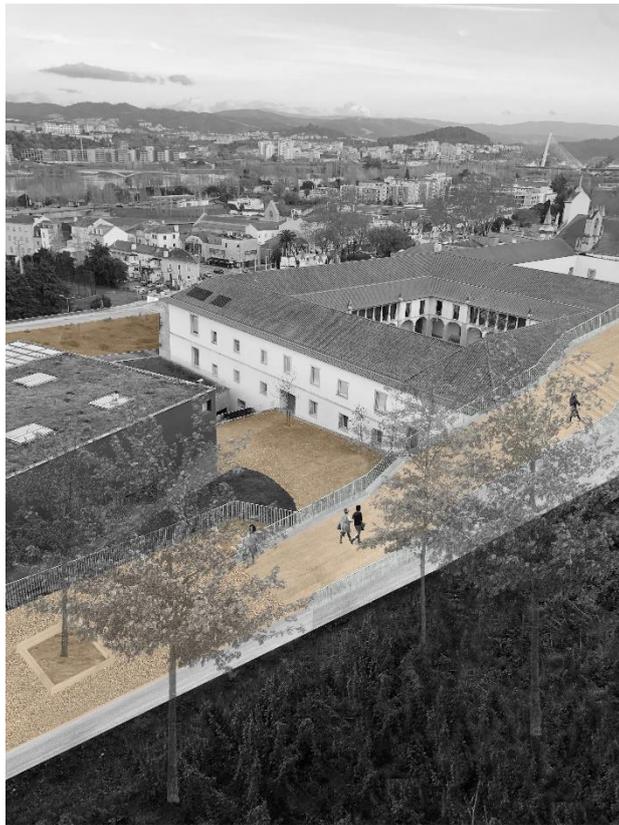


Figura 32 – Fotomontagem do Sistema de rampas e escadas (março 2022)

Dentro do Convento de Santa Clara-a-Nova o percurso continua, invadindo a entrada principal quase totalmente remodelada no seu interior, e seguindo diretamente para o claustro do monumento, onde foi pensada uma zona de exposição permanente exterior e interior, na zona mais coberta do claustro. Este acesso é direcionado por uma cor amarela, sugestiva do percurso a tomar, que conduz o percurso para a zona tardoz do Convento, onde se encontra a muralha protetora do terreno adjacente. (Figura 33)

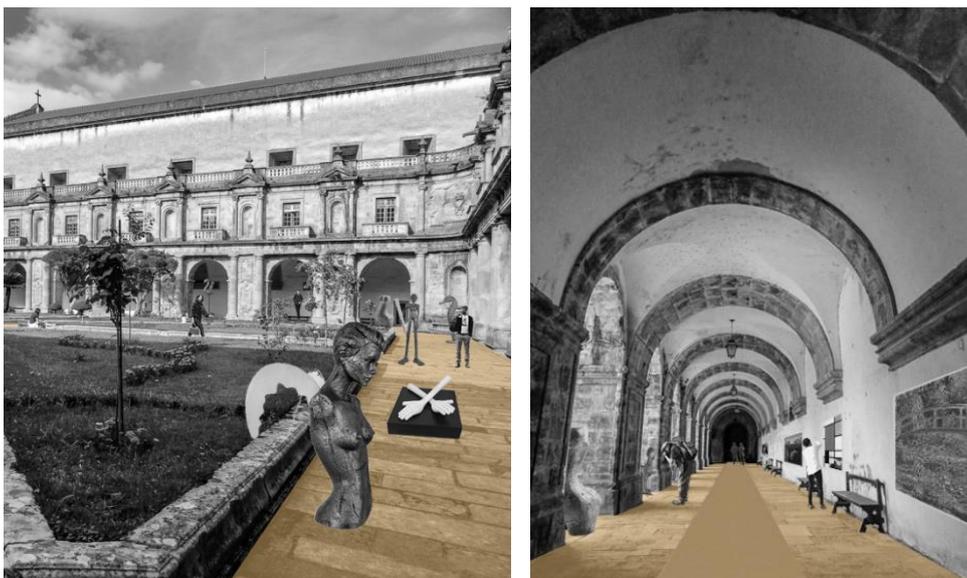


Figura 33 – Percurso proposto “Entre-Conventos”: área de exposição e galeria (março 2022)

Aqui, é desenhada uma zona pedonal por caminhos já existentes, mas até à data pouco visíveis, pela sua configuração ótima relativamente ao vencimento das cotas acentuadas da zona. Este percurso é finalizado num novo pórtico da muralha, que liga ao tecido urbano da freguesia de Santa Clara.

O traçado do percurso constitui assim um conjunto de acontecimentos pontuais que levam a cidade de Coimbra para os Conventos e “Entre-Conventos”.